

O Povoado Fortificado da Cabeça de Vaiamonte (Monforte)

Carlos Fabião¹

Nota Prévia²

O sítio arqueológico da Cabeça de Vaiamonte localiza-se num outeiro isolado a oeste da aldeia do mesmo nome, no Concelho de Monforte (Fig. 1). O seu interesse para o estudo das ocupações humanas antigas no Alto Alentejo foi reconhecido por José Leite de Vasconcellos na sequência de uma visita de trabalho que efectuou a esta região, nas férias da Páscoa de 1923, na companhia de Manuel Heleno, então Conservador do Museu Etnológico, que o primeiro fundara e ainda dirigia (VASCONCELLOS, 1929).

A identificação do local como «Provavelmente (...) um castro» (*Id.*: 183), isto é, um povoado fortificado da altura da fundação pré-romana, não terá constituído uma novidade, em absoluto, visto que no Museu de Lisboa se encontravam já um capacete de bronze e uma ponta de lança em ferro, recolhidos junto do *Poço da Moura*, que se situa no sopé da elevação, generosamente oferecidos à Instituição pelo Conselheiro Severiano Augusto da Fonseca Monteiro (VASCONCELLOS, 1915: 7-8). Do contacto directo com o sítio e com os habitantes da aldeia de Vaiamonte re-

¹ Assistente do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigador do Centro de Arqueologia da FLUL. Bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian.

² O presente texto constitui o resumo de um outro mais extenso e detalhado que sairá em «O Arqueólogo Português», revista do Museu Nacional de Arqueologia Leite de Vasconcelos, local onde se conserva o acervo de materiais recolhido nas escavações da Cabeça de Vaiamonte. Aqui procurei privilegiar a informação de âmbito geral relativa às diferentes ocupações do sítio arqueológico, deixando de lado as questões mais «técnicas», chamemos-lhe assim, relacionadas com o tratamento da colecção e as dificuldades que coloca, bem como a discussão sobre os mais amplos enquadramentos de muitos dos objectos tratados.

sultaram algumas observações genéricas sobre o seu potencial interesse, não muito entusiásticas, diga-se; e, sobretudo, notícias de novos achados, entre os quais duas moedas de época romana republicana – um denário de prata de L. SEMPRONIVS PITIO (RRC, 216/1) e um médio-bronze de CELSA – trazidas para o Museu, por dádiva dos seus possuidores, e um brinco de ouro, que teria sido vendido a um ourives (VASCONCELLOS, 1929: 183-4).

Nada indica que então, ou mesmo depois, se atribuísse particular importância à Cabeça de Vaiamonte ou tenha havido intenção de proceder a escavações no local. No entanto, não devemos perder de vista o facto de Leite de Vasconcellos, à data da visita, não votar já à temática arqueológica o mesmo interesse de fases anteriores da sua multifacetada carreira científica; a sua atenção estava sobretudo centrada na redacção da grande obra da sua vida, *Etnografia Portuguesa*. A descoberta na década de 40, da *uilla* de Torre de Palma, cuja investigação sistemática teve início em 1947, acabaria por originar todo um conjunto de intervenções arqueológicas na região, que se estendeu, também, ao povoado fortificado pré-romano (HELENO, 1962: 314 e MACHADO, 1965: 153-7).

A nova atitude preconizada por Manuel Heleno desde que assumiu a direcção do então chamado Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, em 1929, por reforma do fundador e primeiro director, valorizava particularmente a vertente arqueológica da Instituição. Dentro desse espírito, e com a legitimidade que lhe conferia o Cap. III do Decreto 21117, de 18/IV/1932³, procurou constituir colecções numerosas e significativas das diferentes épocas do passado, pela escavação de sítios muito diversificados, tanto de um ponto de vista funcional, como cronológico (HELENO, 1956). No entanto, parece evidente que a escolha da Cabeça de Vaiamonte se terá devido mais a razões de ordem prática – a existência de equipas a laborar no terreno, nas suas proximidades, e toda a logística ali instalada –, do que a uma qualquer presunção de particular relevância do local. Deve admitir-se, porém, que o valor e significado dos materiais exumados tenha justificado a continuação dos trabalhos, ao longo de sucessivos anos.

³ O Decreto que regulamentou as escavações arqueológicas em Portugal. No seu articulado, atribuía extensos poderes ao Director do Museu, que passava a ter, como competências específicas, as prerrogativas de autorizar, fiscalizar e mesmo mandar suspender as escavações arqueológicas efectuadas por outros investigadores. O Parágrafo único do Art.º 11º estabelecia, ainda, como critério genérico, a prioridade científica, mesmo entendida em termos regionais, para o Director do Museu. Esta concentração de poderes, certamente aliada a particularismos da personalidade de Manuel Heleno, geraram diversos conflitos com outros investigadores universitários, como Mendes Correia, com a Associação dos Arqueólogos Portugueses, nas pessoas de Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, e com eruditos locais, como Abel Viana e António Dias de Deus. Não faltam, inclusivamente, nos textos de Heleno, críticas explícitas ao fundador e primeiro director do Museu (1956: 223-4).

Assim, depois das primeiras sondagens empreendidas em 1951, seguiram-se novas escavações, que se prolongaram até 1964, sempre em paralelo com as efectuadas em Torre de Palma (HELENO, 1953: 257; 1956: 226 e 230-1; 1962: 314 e MACHADO, 1965: 153-167), embora a imponência e relevância estética dos vestígios aqui postos a descoberto, designadamente os mosaicos polícromos, tenham desde sempre atraído mais as atenções, mantendo em relativa «obscuridade» os dados obtidos no estudo da Cabeça.

O próprio Manuel Heleno terá votado aos dois sítios uma desigual atenção, como se depreende do facto de não existir no Arquivo Fotográfico do Museu Nacional de Arqueologia Leite de Vasconcelos (MNALV) qualquer negativo relacionado com as escavações do povoado fortificado, não faltando, pelo contrário, os registos referentes à *villa* romana; ou ainda pela inexistência de qualquer publicação consagrada ao local, embora pareça ter havido intenção de o fazer – «*É uma estação muito valiosa que ficará para outro estudo*», escreveu Heleno, em nota de rodapé, no artigo em que se ocupou de Torre de Palma (1962: 314).

Dos catorze anos de sucessivas escavações, para além de vagas referências a alguns objectos mais notáveis ali recolhidos (HELENO, 1956: 230-1 e 1962: 314), ficou apenas uma sucinta relação das diferentes fases da sua ocupação – «*Também na Cabeça de Vaiamonte (...) existe um castro, já ocupado nas épocas neolítica e do bronze, mas com notável desenvolvimento no período do ferro (...)*» (HELENO, 1962: 314), embora se pudesse igualmente acrescentar o período romano republicano, como se depreende da menção feita a cerâmicas campanienses e lucernas...

Desde os finais da década de 60, mas sobretudo nas seguintes, foram surgindo vários estudos, versando conjuntos particulares de materiais da Cabeça de Vaiamonte, designadamente, a cerâmica campaniense, moedas, fíbulas, a chamada «cerâmica estampilhada», ourivesaria e outros materiais, frequentemente apenas mencionados, cuja enumeração resultaria fastidiosa⁴. Uma parte do espólio trazido do local foi exposta na Vitrine n.º 24 da antiga exposição permanente do MNALV, patente ao público de 1989 a 1994, justamente intitulada *2.ª Idade do Ferro no Sul. O Castro do Cabeço (sic) de Vaiamonte* (PORTUGAL I: 62 e PORTUGAL II: 28-9)⁵; enquanto que as peças áureas ali encontradas figuravam na secção *Tesouros da Arqueologia Portuguesa no Museu Nacional de Arqueologia* (PARREIRA / PINTO, 1980: n.º 101, 160-3 e 193).

Os diferentes estudos publicados e os materiais expostos contribuíram de uma forma decisiva para tornar a Cabeça de Vaiamonte

⁴ Remeto o leitor interessado para o trabalho mencionado na nota 2.

⁵ Uma outra peça da Cabeça de Vaiamonte, de cerâmica campaniense, figurava com o n.º 2 na Vitrine n.º 27, *Importações e Respostas Locais* (PORTUGAL II: 30).

uma referência emblemática, de citação obrigatória, da Idade do Ferro do Sudoeste peninsular. No entanto, continuava a faltar um estudo sistemático da totalidade dos materiais recolhidos e trazidos para o Museu, na sequência dos trabalhos promovidos por Manuel Heleno. Foi justamente essa a tarefa que iniciei em 1994, no âmbito dos trabalhos de preparação da minha dissertação de Doutoramento, subordinada ao tema *O Mundo Indígena e a sua Romanização na Área Céltica do Sul de Portugal*. Como se compreenderá, um tratamento mais aprofundado e detalhado de algumas das questões que este estudo aflora terá lugar no âmbito da dissertação, enquanto outras nem serão ali abordadas. No entanto, por se tratar de um local de tão grande projecção e por estarem em causa colecções de há muito depositadas no MNALV, pareceu-me um imperativo ético a divulgação prévia de alguns destes dados, sobretudo para tentar esbater algumas ideias menos correctas que se têm construído em torno da informação parcial já publicada.

1. As Ocupações da Cabeça de Vaiamonte

O sítio arqueológico da Cabeça de Vaiamonte conheceu diferentes períodos de ocupação, como já Manuel Heleno referiu (1962: 314). Contudo, esta informação tem-se reflectido de um modo desigual na bibliografia arqueológica, com inclusão ou omissão do respectivo «ponto» nos mapas de distribuição de artefactos ou povoados das diferentes épocas. O caso mais emblemático será, porventura, o da fase da Idade do Bronze. Somente a título de exemplo, registre-se que a Cabeça de Vaiamonte foi colocada no Mapa dos sítios pertencentes à chamada «cultura de Alpiarça», logo nos inícios da década de 70 (MARQUES-ANDRADE, 1974: 131, n.º 17) e, conseqüentemente, assinalado na carta de distribuição das cerâmicas «brunidas» (*Ibid.*; SPINDLER *et alii*, 1973-4: 132 e Mapa da Fig. 22 e ALMAGRO-GORBEA, 1977: 121 e Fig. 53). Estas referências assinalam a primeira identificação e caracterização das cerâmicas desta época, visto que o sítio e os seus materiais foram ignorados por H. Schubart, apesar desta falha, um bom conhecedor dos fundos dos museus portugueses, na cartografia que produziu nos seus trabalhos sobre idêntica temática (1971: Figs. 12-3 e 1975). Mais curioso é o que se verifica nas obras de Coffyn e Gamito: o sítio aparece cartografado no mapa de distribuição das cerâmicas «brunidas», mas não figura no dedicado aos povoados do Bronze Final, no primeiro (COFFYN, 1985: 212, Carte 38 e 214, Carte 39, respectivamente); verificando-se a situação inversa, menção na gravura da distribuição dos povoados e ausência na relativa à dispersão das cerâmicas, no segundo (GAMITO, 1988a: Mapas 7 e 8, respectivamente). Estas indefinições ajudarão a compreender as razões da sua omis-

são nas mais recentes sínteses dedicadas a esta época no actual território português (JORGE, 1990: 76-7; FABIÃO, 1992: 108-117; SILVA-GOMES, 1992: 240 e CALADO, 1993: 351)⁶, justificando, por outro lado, a urgência da sua divulgação.

É conveniente esclarecer, antes de entrar no tratamento de questões concretas, que o conjunto de materiais deste sítio arqueológico depositados no MNALV se distribui por 80 contentores de plástico, com dimensões e conteúdos, em número de peças, muito variados, onde se guardam artefactos cerâmicos, de pedra, osso e vidro; outros 53 que albergam o espólio metálico, quase todo por tratar, o que envolve sérias limitações à sua manipulação e estudo; 170 moedas (entre peças seguramente ali recolhidas e outras de proveniência interrogada), guardadas nos respectivos moedeiros e quase todas por limpar; a ourivesaria (que se encontra exposta no Museu) e algumas peças de prata (todas em reserva).

Este abundante e heterogêneo conjunto documenta de forma muito desigual os diferentes períodos de ocupação e, pode dizer-se, encontra-se desprovido de coordenadas que nos elucidem sobre as circunstâncias da sua recolha, para lá de algumas indicações da profundidade a que foram encontrados, manifestamente sem particular significado. Pelas suas características, facilmente se depreende que terá havido grande selectividade na recolha dos materiais, que terá sido integral no caso dos metais – excepção feita às escórias e materiais escorificados, resultantes de operações metalúrgicas –, mas não nas cerâmicas, já que é bastante reduzido o número de fragmentos indiferenciados. A selecção das matérias orgânicas, designadamente ossos, foi ainda maior, pelo que apenas se encontram entre os materiais depositados no MNALV ossos trabalhados (pente, cabos, agulhas, furador) e um fragmento de calote craniana humana, ou ainda os restos de cabos que se conservam aderentes a alguns artefactos de ferro. Esta opção selectiva, própria da época em que decorreram as escavações, agravada pelo escasso acompanhamento que terão tido os trabalhadores mobilizados para as tarefas de campo⁷, reduz substancialmente as possibilidades de uma abordagem dos dados recolhidos, obedecendo às habituais exigências da moderna investigação.

⁶ Mais «escandalosa» parecerá a ausência de referências ou materiais expostos na Exposição sobre o Bronze Final, montada no MNALV, justamente a Instituição onde se guardam os materiais da Cabeça de Vaiamonte, e que ali esteve patente ao público desde Maio de 1995 a meados de 1996. No entanto, esta omissão decorre das anteriores, visto que a Exposição foi estruturada em função do que se conhecia, do que se encontrava publicado, não tendo sido antecedida de qualquer levantamento dos depósitos existentes no Museu.

⁷ Para um comentário mais detalhado às circunstâncias que rodearam as escavações de Vaiamonte e aos problemas suscitados pelas múltiplas vicissitudes por que passou o espólio recolhido v. o texto citado na nota 2.

Assim, o estabelecimento das diferentes fases de ocupação resulta, exclusivamente, da observação e estudo do que se costuma definir como «atributos intrínsecos» dos artefactos, estabelecendo-se, deste modo, os diferentes agrupamentos cronológicos e culturais. Tal operação, para além das óbvias limitações que comporta, depende, em muito, dos conhecimentos existentes sobre as diversas épocas da ocupação humana na região. Permite identificações básicas e possibilita a inclusão de novos «pontos» nos mapas de distribuição de artefactos e malhas de povoamento; dificilmente se presta, contudo, à revisão de problemáticas e, menos ainda, ao esclarecimento de questões menos conhecidas ou mais discutidas da arqueologia do Sudoeste peninsular.

1.1. Calcolítico – a mais antiga ocupação?

Manuel Heleno fez remontar a ocupação da Cabeça de Vaiamonte ao Neolítico, certamente sugestionado pela recolha de artefactos líticos no local e, provavelmente, pelo carácter grosseiro das pastas de algumas cerâmicas. A análise do conjunto de materiais depositados no MNALV permitiu isolar um conjunto de peças que, com alguma verosimilhança, se podem enquadrar no Calcolítico, o que não significa, entenda-se, a possibilidade de excluir categoricamente hipotéticas utilizações mais antigas e, muito menos, a suposição de que todos os exemplares seguidamente listados, de forma muito sumária, pertencem a uma mesma fase homogénea de ocupação.

De facto, as diferentes peças aqui agrupadas distribuem-se, em outros lugares estudados do Sudoeste peninsular, por diferentes fases do Calcolítico, o que inviabiliza qualquer conclusão definitiva sobre a natureza e duração da ocupação desta época. A sua apresentação, nos moldes em que aqui se faz, decorre, sobretudo, da sua escassez numérica. É pois legítima e aceitável a suposição de que teria havido ocupações calcolíticas e não necessariamente *uma* ocupação Calcolítica, circunscrita no tempo.

Seguramente atribuíveis a esta fase, sem perder de vista as ressalvas feitas, seriam dois fragmentos de outros tantos pratos de «bordo espessado internamente», uma ponta de cobre de «tipo Palmela» e alguns fragmentos de «pesos de tear» (22 fragmentos de «crescentes» e 7 paralelepípedicos). Há ainda um fragmento de cerâmica de superfícies polidas, decorada com incisões e vestígios de preenchimento das mesmas com «pasta branca», que deverá pertencer a esta mesma fase, embora as suas dimensões não permitam uma identificação categórica da forma, e um pequeno recipiente «hemisférico», que não destoaria, também, em contextos da Idade do Bronze.

Quanto ao material de pedra polida – sete machados, uma enxó e dois artefactos de grandes dimensões, um dos quais poderá ser um pilão

–, julgo ser da mais elementar prudência registá-lo, simplesmente, sem qualquer ensaio de enquadramento nas diferentes fases da ocupação que a Cabeça conheceu. É certo que todo ele poderia ser integrado no Calcolítico, no entanto, não me parece lícito rebater a tradicional generalização «pedra polida = Neolítico», presente nos paradigmas arqueológicos dos tempos de Heleno, com uma discutível exclusão liminar de tal hipótese. Por outro lado, parece conveniente não esquecer que a tradição da pedra polida se prolonga pela Idade do Bronze – época igualmente bem documentada no local e na qual me inclino a enquadrar dois artefactos polidos em fibrolite –, para não falar de outras situações em que machados polidos se conservam em contextos da Idade do Ferro (recorde-se o caso de Garvão, Ourique) e Romanos, certamente com intuítos e finalidades bem diferentes dos que presidiram ao seu fabrico.

Finalmente, haverá a registar um furador de osso e alguns artefactos talhados em sílex e quartzo que, todavia, não possibilitam também uma atribuição categórica a esta fase da ocupação, já que poderiam pertencer a alguma eventual fase mais antiga ou a outra subsequente – trata-se, na sua maioria, de fragmentos atípicos, talvez mesmo subprodutos de talhe. Existe, ainda, em depósito no MNALV, um fragmento de movente de mó manual, a que se poderiam juntar outros, ainda hoje visíveis à superfície do terreno, no local, que, tal como alguns dos materiais listados, poderá pertencer a esta fase da ocupação ou a outras (anterior ou posterior).

Da lista de peças apresentada, restará acrescentar, somente a título de curiosidade, que registam profundidades de recolha, os que as conservam, no âmbito das Camadas 50-75cm e 75-100cm⁸, isto é, nas duas camadas artificiais que entregaram maior número de peças, das mais variadas fases da ocupação que o sítio conheceu. As camadas mais profundas alcançadas pelas escavações de 1951-64 não continham quaisquer peças deste período, o que, por si só, não tem particular significado, uma vez que desconhecemos as circunstâncias concretas da escavação e as características das áreas afectadas pelas mesmas.

A identificação de uma ocupação desta época subjacente a um grande povoado fortificado da Idade do Ferro não constitui propriamente uma novidade, já que o mesmo se observou nos povoados do Baldio, Arronches (GAMITO, 1985: 92 e 1996: 35, 41 e Fig. 5), embora com implantação topográfica mais discreta, Serra de Segóvia, Elvas (GAMITO, 1988b: 27) e Badajoz (BERROCAL-RANGEL, 1994: 170), estes últimos com forte impácte visual na paisagem envolvente, tal como a Cabeça de Vaiamonte, para citar apenas os paralelos geograficamente mais próximos. Tal situação poderá explicar-se de diferentes formas, com impli-

⁸ Sobre o significado destas referências e a sua escassa, ou mesmo nula, relevância para uma potencial reconstituição da estratigrafia do povoado v. o trabalho citado na nota 2.

cações igualmente diversas na interpretação das dinâmicas do povoamento antigo. Poderá tratar-se de um fenómeno recorrente: em diferentes épocas os mesmos lugares foram ocupados, por serem as mesmas as estratégias de exploração de recursos e de inserção da paisagem; e é de sublinhar que esta coincidência topográfica entre sítios Calcolíticos e da Idade do Ferro é muito frequente em todo o Sudoeste (RODRÍGUEZ DÍAZ, 1995: 112). Em alternativa, poderemos supor a existência de uma muito longa ocupação, que remontaria ao Calcolítico, prolongando-se pelas épocas subsequentes, sem assinaláveis soluções de continuidade. Esta hipótese, embora escassamente documentada e de difícil sustentação, pela escassez e fragilidade da informação disponível, ajudaria a explicar algumas supostas lacunas habitualmente verificadas no registo arqueológico do Sudoeste e de outras regiões do extremo ocidente peninsular, fornecendo, ainda, um bom quadro explicativo para os processos de filiação em tradições anteriores de formas de cerâmica e outros aspectos da chamada cultura material. Por fim, não parece lícito excluir a hipótese de cada um dos casos citados possuir uma singularidade própria, não redutível a qualquer das generalizações propostas.

1.2. A(s) Ocupação(ões) da Idade do Bronze

A determinação de eventuais diferentes fases de ocupação atribuíveis à Idade do Bronze constitui um problema inultrapassável pela observação do espólio trazido para o MNALV, não tanto pelos materiais em si, mas pelo desconhecimento existente relativamente aos elementos característicos das fases iniciais da Idade do Bronze nesta região – em muitos aspectos extensível a outras regiões da Península Ibérica. Esta indefinição relaciona-se, estreitamente, com a avaliação das estratégias de povoamento da região e do papel que nelas teria desempenhado este sítio em particular. A admitir-se uma única ocupação, datável do Bronze Final – e esta encontra-se aparentemente bem identificada –, teríamos de aceitar uma situação de abandono, seguida de reocupação, ou seja, introduzir uma solução de continuidade na dinâmica de povoamento, como vem sendo reiteradamente defendido, sobretudo, pelos investigadores que trabalham na Extremadura espanhola. Se, pelo contrário, for possível escalonar em diferentes fases o conjunto dos materiais, estaremos perante uma realidade diferente, de persistente apego a locais tradicionais de habitat, de grande valor estratégico e simbólico, como me parece ser o caso, embora não necessariamente para estas épocas.

Uma primeira observação do conjunto do espólio recolhido levar-nos-ia de imediato à identificação de uma ocupação situável no Bronze Final. A existência de cerâmicas decoradas por «retícula brunida», nas paredes externas, sobretudo pequenas taças (Fig. 2), outras cerâmicas de

superfícies polidas, registando-se, genericamente, uma paridade entre formas de perfis carenados e arredondados (Fig. 2); os elementos de apreensão e/ou suspensão documentados incluem as pegas com dupla perfuração e as asas em fita; como elementos decorativos, para além dos já citados, há a assinalar as unguiações nos bordos, linhas incisivas e faixas verticais marcadas a pente, alternando com outras lisas. No capítulo dos metais, haverá a registar fragmentos de fíbula de dupla mola (SANTOS, 1971, n.º 124, 236, 237 e 239; PONTE, 1985a: 137-8 e n.º 1), habitualmente enquadráveis neste período, e outros artefactos como um bracelete, anilhas, pontas de seta, punhal, etc.. No domínio dos adornos pessoais, assinala-se a presença de contas de colar de cornalina e de outros materiais⁹. Finalmente, alguns líticos parecem-me típicos desta(s) fase(s): dois artefactos polidos de fibrolite (uma pequena «enxó» e um polidor); um denticulado de sílex, com «lustro» de gramíneas (Fig. 2), para além de um objecto de morfologia fálica, «prisma lítico», como são habitualmente designados estes artefactos, com paralelos conhecidos na Estremadura portuguesa e Alentejo, embora com especial incidência na bacia do Tejo (MONTEAGUDO / FALCÃO / FERREIRA, 1986).

Enfim, todo um conjunto de materiais com evidentes analogias com os recolhidos nas escavações da Coroa do Frade, Évora (ARNAUD, 1979) ou encontrados à superfície em diferentes sítios do sul do actual território português (SCHUBART, 1975; PARREIRA, 1971-5; 1983 e PARREIRA / SOARES, 1980) ou da Extremadura espanhola (ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, 1990).

Da observação do conjunto de fragmentos de cerâmica parece evidente que a sua recolha resultou de uma triagem, provavelmente efectuada no próprio local, que seleccionou quase exclusivamente os mais significativos, com claro predomínio dos que conservavam o bordo, já que não existem peças indiferenciadas e há somente um fragmento de fundo («umbilicado»). Os critérios de escolha deverão ter tido em consideração, também, a natureza dos acabamentos, privilegiando os exemplares com um cuidado polimento das superfícies. Encontramo-nos, deste modo, perante uma amostra que não deveria corresponder à diversidade das técnicas de fabrico e formas típicas da época e que não documentará, seguramente, as importâncias relativas de cada grupo de formas / fabricos.

O conjunto de paralelos de que dispomos regista algumas deficiências de monta, mesmo considerando casos relativamente distantes, por falta de informação fiável em locais mais próximos. O povoado da Coroa do Frade

⁹ Algumas das contas de cornalina, de formato esferoidal, foram enfiadas, para efeitos de exposição, formando um «colar», com outras de idêntica matéria-prima, mas cilíndricas, presumivelmente pertencentes a outra fase da ocupação da Cabeça de Vaiamonte (PORTUGAL II: 28 - vit. 24, n.º 7).

(ARNAUD, 1979) parece ter de facto uma única fase de ocupação e, embora com algumas reservas, o mesmo se poderá dizer do Passo Alto, Vila Verde de Ficalho (PARREIRA / SOARES, 1980: 119-122 e SOARES, 1988) – que se relacionam com a correcta caracterização das duas áreas de dispersão de materiais, não muito distantes entre si, que foram registadas na prospecção de superfície. Mas não dispomos de informações seguras sobre outros, visto que ou nunca foram escavados, como o Outeiro do Circo, Beringel (PARREIRA, 1971-5), ou, quando o foram, as áreas de intervenção foram diminutas, suscitando interrogações não resolvidas, como é o caso do Cerro dos Castelos de S. Brás, Serpa (PARREIRA, 1983); ou, ainda, o que é pior, nunca foram extensamente publicados os resultados das intervenções feitas, estão nesta categoria o Castelo do Giraldo, Évora, o Outeiro de S. Bernardo, Moura, o Cerro da Mangancha, Aljustrel (SCHUBART, 1971: 13-14; 1975: 246 e 269, Taf. 60, 342-5 e 477-8 e PARREIRA, 1971-5) ou o Castelo de Arraiolos (MARQUES / ANDRADE, 1974: n.º 14). Para a Extremadura espanhola, geograficamente próxima e, por isso mesmo, com putativas analogias culturais, as informações não são, também, particularmente ricas (ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, 1990; CELESTINO PÉREZ / ENRÍQUEZ NAVASCUÉS / RODRÍGUEZ DÍAZ, 1992: 311-14 e PAVÓN SOLDEVILLA, 1995), ainda que se conheça um sítio, La Solana del Castillo de Alange, Badajoz, com uma importante sequência estratigráfica publicada, que se estende desde um Calcolítico Final / Bronze Inicial, ao Bronze Final, embora com esta última fase mal documentada (PAVÓN SOLDEVILLA, 1994).

Todos os casos citados assumem particular importância para a resposta à questão essencial já enunciada: a de saber se estamos perante uma única ocupação da Idade do Bronze, ou se, pelo contrário, temos indícios de uma sequência de utilizações deste espaço, de mais ampla diacronia. Embora a informação disponível não se possa considerar particularmente esclarecedora, creio existirem suficientes indícios para deixar em aberto a hipótese de uma sequência, em vez da ocupação única e limitada no tempo, de algum modo reforçada pela diversidade formal registada entre as cerâmicas desta «fase» da Cabeça de Vaiamonte. É um facto que não se recolheram nenhuns fragmentos pertencentes às formas mais típicas do chamado «Bronze do Sudoeste», que, como é sabido, se vêm encontrando, nos últimos anos, em alguns locais da Extremadura espanhola (PAVÓN SOLDEVILLA, 1995). Há, contudo, alguns elementos de continuidade na morfologia das cerâmicas, estratigraficamente documentadas no povoado de Solana del Castillo de Alange (PAVÓN SOLDEVILLA, 1994: 147-152 e Apêndices), que conferem uma longa duração a certas formas, tidas por menos relevantes na caracterização dos diferentes «Horizontes Culturais».

Como se disse, também, não será de excluir a hipótese de alguns dos artefactos anteriormente enumerados e atribuídos ao Calcolítico, designadamente a pedra polida ou os moventes de mós manuais e o vaso «hemisférico», poderem pertencer, de facto, a estas fases da ocupação. Mais interessante, mas, infelizmente, igualmente sem solução é a interrogação relativa ao real enquadramento cronológico de alguns dos artefactos que aqui associamos ao Bronze Final, e que, em outras paragens ou contextos, aparecem em ambientes de uma Idade do Ferro inicial. Esta dúvida ganha especial significado quando consideramos as ocupações da Cabeça de Vaiamonte na sua globalidade, ou, em termos mais concretos, nas chamadas fases pré-romanas.

1.3. As Ocupações da Idade do Ferro

Por estranho que possa parecer, há sérias dificuldades na caracterização das ocupações da Idade do Ferro da Cabeça de Vaiamonte, embora o local seja conhecido, sobretudo, como povoado deste período. O tradicional enquadramento na chamada II Idade do Ferro do Sudoeste resultou da publicação do estudo sobre as chamadas cerâmicas «estampilhadas» (ARNAUD / GAMITO, 1974-7), numa época em que este tipo de decoração era ainda mal conhecido nestas paragens. No entanto, não resulta claro, da observação das colecções depositadas no MNALV, que materiais se poderão associar a uma eventual fase anterior, entenda-se, a uma possível I Idade do Ferro; não sendo igualmente fácil distinguir o que poderá efectivamente ser de época pré-romana, de outros materiais que aqui terão chegado no âmbito da conquista, visto que é particularmente importante o espólio de época Republicana aqui encontrado, como já foi sublinhado por diferentes autores (HELENO, 1956: 231; SCHÜLE, 1969: 279-281 e DELGADO, 1971).

Parece de excluir liminarmente qualquer ocupação que possa ser definida como «Orientalizante». Os únicos elementos de clara importação mediterrânea são algumas contas de vidro de grande dimensão, negras e azuis, oculadas a branco e fragmentos de um recipiente de vidro policromo. Há, todavia, alguns elementos arcaizantes, como um fecho de cinturão de um só garfo do tipo C-II de Cerdeña Serrano (1978), já referido desde a década de 60 (ALMEIDA / FERREIRA, 1967: 82) (Fig. 3); fíbulas do chamado tipo «Golfo de Leão» e mesmo algumas das anulares hispânicas (PONTE, 1985a: 138-9, n.º 2-8); uma arrecada de ouro, e outros elementos que, em termos cronológicos, poderíamos enquadrar numa fase avançada da chamada I Idade do Ferro, ou num momento antigo da II, fazendo fé nas cronologias propostas para as regiões do litoral, ou para as necrópoles com inscrições em caracteres do Sudoeste; e admitindo, também, que fará sentido a utilização de tais

critérios de distinção para todas as regiões e comunidades humanas do Sudoeste. Aliás, esta ambiguidade de atribuições revela bem a fragilidade de que se revestem as análises que não podem dispor de coordenadas contextuais e estratigráficas.

Particularmente interessantes para a definição desta suposta fase inicial da Idade do Ferro são, ainda, alguns fragmentos de recipientes cerâmicos que parecem documentar de um modo claro o surgimento de novas realidades, marcadas, porém, por evidentes continuidades relativamente às tradições oleiras do Bronze Final. Três fragmentos cerâmicos compõem duas asas bífidas, eventualmente pertencentes ao mesmo recipiente, que arrancam de um bordo de diâmetro indeterminável, mas admissivelmente de grandes dimensões. Apresentam as mesmas pastas medianamente grosseiras, com um cuidado acabamento das superfícies, por polimento, típicas da fase anterior da ocupação, mas afastam-se nitidamente dos elementos de preensão/suspensão documentados no conjunto a que me referi no ponto anterior. Denotam, por outro lado, evidentes afinidades formais com as asas dos grandes recipientes, vulgarmente chamados *pithoi*, muito frequentes nos ambientes Orientalizantes do litoral, mas que também não são estranhos aos contextos do interior (ALMAGRO GORBEA, 1977: 216-8, Fig. 79 e Lâm. XLII). Um outro pertence a uma pequena taça de perfil carenado e paredes cuidadosamente polidas, de afinidades evidentes com as peças que atribuo à Idade do Bronze (Fig. 3), mas que foi montada ao torno, contrariamente ao que se verifica com aquelas. Outro, ainda, pertence a um recipiente de forma indeterminada igualmente montado ao torno, exteriormente decorado com técnica análoga à da chamada «retícula brunida» (Fig. 3).

Há ainda outros exemplos de recipientes cerâmicos de perfis exóticos, isto é, não filiáveis em qualquer tradição local anteriormente documentada, que se poderiam relacionar com peças conhecidas em outras paragens, designadamente na Estremadura portuguesa e habitualmente integradas em momentos antigos da Idade do Ferro.

No entanto, parece-me que não será absurdo ensaiar uma outra estratégia de abordagem ao espólio da Cabeça de Vaiamonte, trocando a observação que parte do sul e do litoral, por um ponto de vista centrado na Meseta. Os resultados desta mudança de «ponto de vista» afiguram-se particularmente interessantes. Encontramos, em primeiro lugar, as fíbulas de dupla mola e as placas de cinturão de um só garfo, associadas a armas de ferro, na chamada Fase I das necrópoles celtibéricas, genericamente datada do séc. VI a.C., parecem estar também associadas a esta fase as mais antigas fíbulas anulares e de pé voltado, onde se enquadra, como uma das suas variantes, o chamado tipo «Golfo de Leão» (LORRIO, 1994: 216-21 e Tablas 1 e 2). É certo que se discute a origem das novas realidades documentadas nesta fase, havendo nítida hesitação entre atri-

buí-las às regiões meridionais ou ao vale do Ebro. A serem dominantes as primeiras, faria sentido supor que um sítio como a Cabeça de Vaiamonte as recebesse e assimilasse em época anterior à da sua chegada às distantes regiões do Alto Tejo e Alto Douro.

Em âmbitos geográficos mais próximos do local onde se ergue o povoado aqui tratado, não deixa de ser interessante verificar que estas mesmas fíbulas de dupla mola se encontram nas necrópoles «Orientalizantes» de Medellín (ALMAGRO GORBEA, 1977 e 1990) e da foz do rio Aljucén, Badajoz (ENRÍQUEZ NAVASCUÉS / DOMÍNGUEZ DE LA CONCHA, 1991), ambas na área «extremeña»; ou na necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal (PONTE, 1995b). Tudo isto em contextos geográficos muito próximos (diria mesmo, envolventes) dos já referidos exemplares de Arraiolos e Corôa do Frade, onde, no entanto, são pacificamente enquadradas no âmbito do Bronze Final.

Naturalmente, não podem as peças da Cabeça de Vaiamonte contribuir para um melhor esclarecimento da questão, já que lhes faltam as indispensáveis coordenadas contextuais. Servem, porém, em conjunto com os restantes exemplares citados, de séria advertência para todos quantos persistem em querer ver a sucessão cultural do Noroeste peninsular como um fenómeno linear. Os casos aqui citados, quer os locais, quer o celtibérico, destinam-se, ainda, a ilustrar a potencial diversidade de enquadramentos que podem ter os artefactos cujos contextos se desconhecem.

Transpondo a questão, de um plano essencialmente baseado nos artefactos, para o domínio dos grandes enquadramentos culturais, trata-se de saber até que ponto podemos considerar a região da Cabeça de Vaiamonte *ainda* como uma periferia do mundo orientalizante «tartéssico», como pretende, por exemplo, T. Júdice Gamito (1988a); ou se, pelo contrário, devemos buscar outros horizontes de enquadramento e caracterização, para as dinâmicas socio-culturais das populações desta área. Sem pretender questionar a relevância da extensão das influências mediterrâneas, com mais ou menos «círculos concêntricos», a partir dos litorais – estuários do Guadalquivir e Guadiana ou do Sado e Tejo –, parece-me manifestamente exagerada a tendência existente de querer ver o «Oriente» em todas as áreas do Ocidente; para não entrarmos nesse território, algo «escorregadio»; da discussão das pertinências de aplicação e eventuais significados dos conceitos de «centros», «semi-periferias» e «periferias», que Immanuel Wallerstein criou para analisar os «Modernos Sistemas Económicos», de âmbito mundial, às épocas protohistóricas.

Em termos muito concretos, diria que o acervo de materiais recolhido na Cabeça de Vaiamonte e actualmente depositado no MNALV constitui um bom exemplo das limitações deste «modelo unitário» de abordagem das sociedades protohistóricas do Sudoeste. Parece evidente

que não há uma I Idade do Ferro «Orientalizante» no povoado em apreço, tal como não parece haver em Segóvia (GAMITO, 1982: 69-73), ou em Badajoz, apesar das propostas em contrário (BERROCAL, 1994: 170-2); tal como não há uma II Idade do Ferro «Continental» em Alcácer do Sal (SILVA *et alii*, 1980-1: 209-214), Santarém (ARRUDA, 1993: 203 e ss.) e baixo Tejo (*Ibidem* e CARDOSO, 1995) ou em Medellín (ALMAGRO-GORBEA, 1994: 112-116), embora existam, em uns e outros, materiais estranhos aos respectivos ambientes culturais dominantes, que poderemos considerar como indiciadores de intercâmbios. Creio que se afigura urgente e necessário buscar outros critérios e outras ferramentas de análise para uma correcta avaliação das comunidades do Sudoeste, durante a primeira metade do I Milénio a.C., sob pena de não conseguirmos apreender e enquadrar devidamente as múltiplas realidades existentes. Um dos caminhos, que me parece potencialmente interessante, é o que vem ensaiando V. H. Correia, que admite, como norma, uma maior longevidade para as tradições oleiras tidas como típicas do Bronze Final (BEIRÃO/CORREIA, 1992 e CORREIA, 1995: 134-5). No entanto, faltam-nos, infelizmente, boas sequências estratigráficas, devidamente estudadas e publicadas, faltam-nos, também, as datações radiométricas. Neste capítulo, pelas razões já expostas, o caso em análise para mais não serve do que elemento de reflexão.

Como já referi, é sobretudo aos ambientes culturais de uma Idade do Ferro mais recente e não directamente vinculada aos ambientes mediterrâneos que o povoado da Cabeça de Vaiamonte costuma ser associado, desde a publicação de um grande conjunto de cerâmicas com decorações impressas com matrizes («estampilhadas») (ARNAUD / GAMITO, 1974-7), que não corresponde, todavia, à totalidade dos materiais enquadráveis nesta categoria, depositados no MNALV. Infelizmente, este trabalho foi publicado com vários erros de escala nos desenhos, tornando mesmo de difícil entendimento a fundamental distinção proposta pelos autores entre pequenos recipientes, decorados com pequenas «estampilhas», e os grandes recipientes de armazenagem, ornados com motivos de maiores dimensões. Como não poderia deixar de ser, estes erros têm-se multiplicado, ao ritmo de cada nova reprodução dos desenhos, tomando como certas as escalas publicadas.

Não interessará aqui retomar o debate sobre a cronologia e origens deste tipo de produções cerâmicas, já que a ausência de dados contextuais retira qualquer relevância para o efeito aos exemplares em apreço. Parece-me mais importante sublinhar a distinção entre grandes recipientes de armazenagem e as pequenas formas de superfícies polidas, já avançada por Arnaud e Gamito (1974-7: 173) e genericamente reconhecida por todos os investigadores que se têm ocupado do estudo da Idade do Ferro do Sudoeste (RODRÍGUEZ DÍAZ, 1989, 1990, 1994, 1995a e 1995b e

BERROCAL-RANGEL, 1989, 1992, 1994a, 1994b), particularmente importante, já que documentam diferentes contextos de utilização e, provavelmente, de fabrico, também. Embora não seja este o local indicado para um extenso desenvolvimento do tema, creio que estamos perante utilizações distintas de uma mesma técnica, de natureza eminentemente simbólica, no primeiro caso, de intuito fundamentalmente ornamental, no segundo.

Parece evidente, por outro lado, a existência de uma diferença de âmbito cronológico entre umas e outras. Embora denotem um âmbito geográfico de dispersão em grande parte coincidente e coexistam em diversas estratigrafias publicadas, terá havido uma época em que somente existiam os motivos impressos sobre grandes recipientes, tal suposição está aparentemente documentada em Segóvia (Elvas) (GAMITO, 1982: 69-72), tal como em Mesas do Castelinho (Almodôvar) (FABIÃO / GUERRA, 1994: 281); enquanto que, nas fases mais tardias, contemporâneas já dos primeiros contactos com os romanos, somente os pequenos recipientes com decorações «estampilhadas» se fabricavam, como se depreende da sondagem de Veiros (Estremoz) (ARNAUD, 1990), de Segóvia, uma vez mais, (GAMITO, 1982: 72) e Mesas do Castelinho (FABIÃO / GUERRA, 1994: 281). Particularmente interessante, neste último caso, resulta verificar que, nestas épocas mais tardias, os grandes recipientes de armazenagem continuam a existir, com morfologias análogas, mas já sem qualquer «ornamentação», tal como acontece, aliás, na chamada fase Capote II, do povoado do mesmo nome em Higuera la Real (Badajoz) (BERROCAL-RANGEL, 1988: 56-8; 1989: 258; 1992: 112-4), para além dos outros povoados já referidos.

Embora não seja possível atribuir-lhes um contexto preciso, não deixa de ser interessante verificar que também entre os materiais depositados no MNALV se conservam vários fragmentos de grandes recipientes, sem «estampilhas», mas, alguns, com decorações de linhas onduladas incisas, paralelas ao plano do bocal. Este gosto decorativo, já que aparentemente de uma mera ornamentação se tratará, encontra bons paralelos entre os recipientes de armazenagem de época tardia do povoado de Raso de Candeleda, Ávila, já em plena área vetónica (FERNANDEZ GOMEZ, 1986, *passim*), embora se encontrem também bem representados em outros povoados alentejanos, como por exemplo no Castelo Velho do Degebe (Reguengos de Monsaraz)¹⁰.

Voltando aos materiais de Vaiamonte, e retendo somente os motivos impressos sobre recipientes de grandes dimensões, verificamos dois aspectos interessantes: por um lado, que os mesmos se resumem a cerca de uma

¹⁰ Materiais recolhidos por técnicos do IPPAR, expostos no âmbito do Colóquio *O Empreendimento do Alqueva e o Património Cultural* (Moura, Novembro de 1996).

dezena de matrizes diferentes, algumas repetidas sobre diferentes vasos, podendo inclusivamente admitir-se que algumas não passarão de «variantes» de um mesmo motivo básico – embora deva reconhecer que esta consideração penetra «perigosamente» no território da especulação indevidamente fundamentada. Por outro lado, em nenhum caso se regista a associação num mesmo recipiente de dois motivos distintos, contrariamente ao que sucede nos exemplares de pequenas dimensões, de paredes finas e polidas. A conjugação destas duas ocorrências poderá sugerir algo sobre os aspectos simbólicos das «estampilhas», eventualmente a sua associação a um determinado segmento da comunidade instalada na Cabeça de Vaia-monte, um grupo familiar, em sentido alargado, por exemplo. A pertinência desta associação resulta do facto de se tratar de grandes recipientes de armazenagem, destinados, por isso mesmo, a conservar bens de consumo diferido.

Há ainda dois outros aspectos interessantes, observáveis entre os fragmentos de recipientes de armazenagem recolhidos pelas escavações ordenadas por Manuel Heleno: a existência de símbolos desenhados nas paredes exteriores de exemplares sem outra ornamentação, designadamente uma «suástica», repetida em quatro peças distintas, entre outros motivos; uma inscrição nominal em caracteres latinos – [...]ALO (Fig. 4) –, infelizmente incompleta, desenhada na parte superior de um recipiente, que apresenta também uma decoração por linha ondulada incisa. Importa registar, de qualquer modo, que estas inscrições se fizeram sempre antes da cozedura dos recipientes, o que faz supor uma relação estreita entre o produtor do recipiente e o seu destinatário, situação análoga à verificada com os exemplares que exibem os motivos impressos com matrizes.

Assim, poderemos estar perante um importante indício das transformações sociais que terão afectado as comunidades indígenas, nas vésperas da conquista romana. Poderemos identificar um momento antigo, cuja datação dependerá do «afinamento» das cronologias propostas para as cerâmicas «estampilhadas», mas que seguramente se enquadraria num lapso de tempo compreendido entre os sécs. V-IV a.C. (talvez um pouco antes, se se confirmarem algumas propostas que têm sido avançadas) e um momento impreciso, algures pelo séc. II a.C., sendo admissível alguma variação, consoante as regiões, em que os bens armazenados seriam de propriedade fundamentalmente colectiva (familiar?). A principal transformação passaria por uma progressiva passagem para uma esfera privada, pessoal, desses mesmos bens, acompanhada, provavelmente, por uma maior aproximação ao novo poder romano, culminando na inscrição nominal, em caracteres latinos, do nome do proprietário sobre os recipientes onde se guardariam esses bens, com uma eventual fase intermédia (ou paralela) com «símbolos de propriedade» de teor diverso, mas não alfabético (Fig. 4). No entanto, os complexos processos que pressupõe a aquisi-

ção de uma «literacia», expressa em caracteres itálicos – por substituição de signários mais antigos ou, simplesmente, inaugurando um hábito previamente inexistente –, recomenda alguma prudência na proposta de uma sequência com valor cronológico. Poder-se-á admitir a inscrição nominal como um fenómeno paralelo ao de outras, ainda dominadas por uma simbólica agrafa.

Embora reconhecidamente o conjunto de materiais de Vaiamonte, pela ausência de coordenadas contextuais, não se possa considerar o ideal para a fundamentação destas hipóteses, não deixa de ser interessante verificar uma situação similar(?) identificada no Castrejón de Capote (Higuera la Real), onde se documenta estratigraficamente uma fase mais antiga da Idade do Ferro, com cerâmicas «estampilhadas» – entenda-se, com grandes recipientes de armazenagem que ostentam impressões efectuadas com matrizes complexas –, e um segundo momento, contemporâneo das grandes importações de artigos itálicos, onde num compartimento de uma das habitações escavadas se encontraram vários recipientes de armazenagem como o nome ABLONIOS, inscrito nas paredes exteriores (BERROCAL-RANGEL, 1988, 1989, 1992).

Ainda desta fase mais tardia da Idade do Ferro há um numeroso conjunto de materiais cerâmicos cujo comentário não cabe no breve espaço destas páginas. Sublinharia, contudo, que se regista a presença de numerosas produções enquadráveis no âmbito da tipologia de formas que Rodríguez Díaz e Berrocal-Rangel propuseram, a partir dos materiais conhecidos nos povoados do Sudoeste (RODRÍGUEZ DÍAZ, 1989) ou do numeroso espólio depositado junto do altar do povoado de Castrejón de Capote (Higuera la Real, Badajoz) (1992: 93-121 e 1994a) e com outros paralelos conhecidos, designadamente, no alentejano depósito de Garvão (Ourique) (BEIRÃO *et alii*, 1985) (Fig. 5). Há, contudo, várias outras formas que não apareceram nem no primeiro nem no segundo depósito e que enriquecem ainda mais o repertório da olaria do Sudoeste, sendo lamentável, contudo, a impossibilidade de propor enquadramentos cronológicos seguros.

Não falta entre os materiais da Cabeça de Vaiamonte depositados no MNALV um numeroso conjunto de vasos «queimadores», de entre os quais já tinha sido esquematicamente publicado um exemplar (RIBEIRO / FERREIRA, 1971: 258 e Fig. 2), aliás, o mesmo que se encontrava na vitrine 24 da antiga exposição permanente do MNALV (PORTUGAL I: 61 e PORTUGAL II: 29, n.º 46). Esta categoria da olaria indígena, aqui tão bem representada, associada ao facto de haver uma apreciável quantidade de outras peças cerâmicas em muito bom estado de conservação (inteiras ou partidas, mas com a quase totalidade dos fragmentos), um impressionante número de cossoiros, cerca de mil e seiscentas peças, das mais variadas formas e com grande exuberância de decorações, não fal-

tando mesmo alguns exemplares de pedra e de bronze; finalmente, a riqueza geral de todo o conjunto, não deixa de colocar algumas interrogações quanto à natureza das áreas escavadas, infelizmente impossíveis de esclarecer cabalmente. Penso que não será descabido supor que no decurso da escavação possa ter sido atingido um local de características análogas à do chamado «altar» do povoado de Castrejón de Capote (Higuera la Real, Badajoz) (BERROCAL-RANGEL, 1994a), embora a equipa encarregue dos trabalhos de tal se não tenha apercebido. O conjunto dos materiais recolhidos junto daquela estrutura não diferem em variedade, qualidade e estado de conservação de uma parte do espólio de Vaiamonte, não sendo relevante, a meu ver, a diferença quantitativa que, de facto, existe, sobretudo se atendermos ao número total de recipientes recolhidos e se excluirmos do conjunto todas as peças contemporâneas da presença romana. Tal hipótese ganha maior verosimilhança, atendendo às características de que se revestiram as «investigações» em Vaiamonte e, bem entendido, ao facto de se não conhecer à época nenhuma outra estrutura deste tipo, aliás, de muito fraca «visibilidade arqueológica», passível, portanto, de passar despercebida no decurso de uma intervenção pouco cuidada e deficientemente orientada¹¹.

Associado ainda a uma fase mais tardia da Idade do Ferro há algumas peças que, de uma forma clara documentam contactos com o mundo púnico meridional, designadamente uma moeda hispano-cartaginesa, um fragmento de recipiente cerâmico com inscrição em caracteres tardios¹² (Fig. 6), várias contas polícromas de vidro e um pendente, do mesmo material, representando uma cabeça de carneiro, ou aríete, como por vezes são designados. A este mesmo âmbito cultural poderá pertencer um outro recipiente de vidro polícromo (*alabastron*), mais tardio. Embora seja impossível determinar se este conjunto de peças corresponde a uma única fase de contactos, ou se, pelo contrário, documenta uma mais longa cadeia de relações, julgo que o carácter tardio dos caracteres, bem como a moeda, sugerem um enquadramento no âmbito da expansão territorial promovida pelos Bárcidas na Península.

¹¹ Sobre as circunstâncias em que decorreram as escavações da Cabeça de Vaiamonte e o escasso acompanhamento que das mesmas terá feito Manuel Heleno v. *op. cit.* na nota 2.

¹² A inscrição foi efectuada antes da cozedura, na parede de um recipiente importado, visto que apresenta uma pasta de características completamente diferentes das produções cerâmicas locais (invariavelmente de matriz granítica), pelo que se trata de uma realidade exterior às populações instaladas na Cabeça de Vaiamonte. Este grafito encontra-se inédito, embora tenha sido brevemente referido por Caetano Beirão e M. Varela Gomes (1985: 466 e fig. 9), e será publicado pelo Prof. Javier de Hoz, que gentilmente acedeu ao pedido que lhe fiz. De qualquer modo, parece-me importante sublinhar que se trata de caracteres púnicos, uma vez que a referência publicada não explicitava a sua natureza e, por constar num estudo fundamentalmente dedicado a inscrições em caracteres do Sudoeste, poder induzir em erro um leitor menos avisado.

Embora estes materiais constituam um inquestionável documento dos intercâmbios com territórios meridionais, pelo seu carácter marcadamente exótico, não poderão ser tomados como novos indícios da suposta implantação púnica no interior peninsular, que alguns autores têm ultimamente defendido (GARCIA-BELLIDO, 1995). Não deixa de ser assinalável a ausência de fragmentos de ânforas de tipologia ibero-púnica que, supostamente, deveriam acompanhar estas importações, e que se encontraram, por exemplo, no povoado de Segóvia (GAMITO, 1982: 72) ou em Badajoz (BERROCAL-RANGEL, 1994b), uma vez mais, para citar apenas os paralelos mais próximos.

Há também um numeroso conjunto de artefactos metálicos, para além das fíbulas, já publicadas (SANTOS, 1973 e PONTE, 1985a). No entanto, neste domínio, a falta de coordenadas contextuais levanta problemas insolúveis. Por exemplo, há vários fragmentos de pequenas facas de lâmina afalcatada, objectos que aparecem nas necrópoles celtibéricas em todos os momentos da sua evolução, desde as fases mais arcaicas às mais recentes; o mesmo se poderá dizer dos elementos de bainhas de espadas e punhais, ou das folhas e contos de lança. Por outro lado, as foices, podões e machados, de diferentes tipos, tanto aparecem em contextos indígenas, como associados a ocupações mais tardias, de pleno contacto com as tropas romanas, para não falar dos próprios estabelecimentos militares, como Cáceres el Viejo (ULBERT, 1984), exemplo que assume particular interesse para o estudo dos espólios da Cabeça de Vaiamonte, como se verá, embora contribua, também, neste caso concreto, para adensar as interrogações.

Naturais dúvidas se colocam, por exemplo, relativamente aos punhais de punho biglobular, presentes em Vaiamonte, já que este tipo de arma, que começou por ser um dos elementos da panóplia guerreira das necrópoles celtibéricas do Alto Douro, se estendeu, posteriormente, a extensas áreas da Península Ibérica, sendo admissível que uma tal expansão tenha ocorrido já no decurso das guerras de conquista, pela acção dos próprios exércitos romanos (LORRIO, 1994: 236). O mesmo se poderá dizer das esporas de bronze, com acicate de ferro, elementos de arreios de cavalos e outros artigos que, embora sejam conhecidos em contextos indígenas, estão presentes, também, no estabelecimento militar romano de Cáceres el Viejo (ULBERT, 1984).

Interessa realçar a enorme abundância de artefactos metálicos recolhidos no povoado em apreço, embora seja impossível determinar a que época precisa se reportam. A siderurgia está bem documentada, não só pela extraordinária abundância de artefactos (armas, alfaias várias, elementos de arreios, etc...), mas também por instrumentos de forja, um pesado lingote paralelepípedico e apreciáveis quantidades de escórias, ainda hoje visíveis à superfície do terreno, particularmente concentradas na zona

nordeste da plataforma superior da Cabeça de Vaiamonte. São também muito numerosos os artefactos de bronze, havendo mesmo alguns fragmentos de escórias, em depósito no MNALV; como, aliás, o são também os artigos em chumbo, entre os quais avulta grande cópia de pequenas chapas enroladas que, em sítios arqueológicos do litoral, seriam interpretadas como «pesos de rede». Neste contexto particular, julgo que outras interpretações se poderão adiantar, entre as quais uma hipotética função de ponderais. Há ainda um fragmento de um molde cerâmico, que serviria para fazer argolas ou, eventualmente, um outro qualquer objecto mais complexo.

As actividades produtivas desenvolvidas na Cabeça de Vaiamonte parecem ter incluído também os metais preciosos. Poderão ser de fabrico local os brincos de ouro ali recolhidos (PARREIRA / PINTO, 1980: 6 e Fig. 101; GAMITO, 1988a: Fig. 28 e PINGEL, 1992: 152, 297-8 e Taf. 57), pelo menos os de morfologia mais tardia, como já foi sugerido (CORREIA, 1995: 133), visto que as arrecadas de suposta inspiração orientalizante suscitam outra ordem de questões que transcendem o âmbito do presente texto. Há também fragmentos de recipientes em prata, designadamente de um vaso ápodo, dito de tipo *mastós* (RADDATZ, 1969: *passim*), que vem acrescentar um ponto mais ao mapa de dispersão para o interior destes artigos (BEIRÃO / GOMES, 1985: 482-3 e 488-90 e GOMES / BEIRÃO, 1988), tidos como típicos das áreas meridionais. Finalmente, a grande abundância de contas de vidro, castanhas («meladas») e azuis, poderá indiciar uma produção local destes ornamentos.

Todos estes indicadores parecem apontar a existência de significativas e diversificadas actividades artesanais desenvolvidas na Cabeça de Vaiamonte, sugerindo ter existido ali, provavelmente na fase final da Idade do Ferro, um importante centro que, embora tirasse partido do bom potencial agro-pecuário da região, explorava também diversificados recursos, que transformaria localmente. Deste modo, parece claramente abusiva a suposta especialização que Júdice Gamito propôs para os grandes povoados desta área (GAMITO, 1988a: 118-120 e 1988b), segundo a qual estaria reservada uma função eminentemente agro-pastoril para o sítio que aqui se apresenta, sob a égide do pretenso centro político que seria o povoado da Serra de Segóvia (Elvas). Por outro lado, este apreciável leque de actividades, apenas entrevisto no conjunto de materiais trazidos para o MNALV confere um particular relevo ao povoado em análise – e, sublinhe-se, não terão sido recolhidos os elementos mais significativos para uma correcta avaliação das actividades artesanais, já que, em conformidade com o que era habitual na época em que se realizaram as escavações, a selecção terá privilegiado os artefactos acabados e desprezado outros (escórias, fragmentos, artigos deformados, etc.), potencialmente mais interessantes. Esta diversidade produtiva – e os indícios de

sofisticação técnica verificados – faz-me crer que será demasiado redutor definir a economia de um grande povoado como este pelo binómio gado/ferro, habitualmente aplicado à caracterização económica do mundo cultural da chamada II Idade do Ferro (RODRÍGUEZ DÍAZ, 1995a: 112-116). Esta definição aceita como pressuposto, frequentemente implícito, a ideia de uma I Idade do Ferro, «Orientalizante», cosmopolita e desenvolvida a que se opõe uma II Idade do Ferro, de cariz «continental» e fechada sobre si própria, ocupando um território que pertencera anteriormente a «outros» (BEIRÃO / GOMES, 1980) – já em outro local se expôs a crítica deste modelo, sobretudo quando é tomado como um valor de aplicação «universal» ao mundo do Sudoeste (ARRUDA / GUERRA / FABIÃO, 1995) e não creio que os substantivos contributos da recente investigação na Extremadura espanhola, que não puderam ser considerados naquele trabalho, contrariem o essencial das ideias ali expostas.

1.4. A Ocupação Romana Republicana: uma utilização militar ?

A presença romana fez-se sentir de um modo muito significativo no local em apreço, desde um momento precoce do processo de conquista. Pelas características dos materiais recolhidos na Cabeça de Vaiamonte penso que se pode afirmar ter-se tratado de uma ocupação efectiva, certamente de índole militar, e não de um qualquer fenómeno de importação e uso de artigos itálicos por parte de uma comunidade indígena.

A existência de guarnições militares romanas instaladas em povoados indígenas, durante o processo de conquista dos territórios peninsulares constitui uma realidade que não sofre contestação, quer por ser frequentemente mencionada pela literatura greco-latina, quer por se afigurar estrategicamente necessário, para um efectivo controle das populações (KNAPP, 1977: Parte 1) . No entanto, a sua identificação no registo arqueológico revela-se problemática, visto que a mera identificação de artefactos de origem itálica ou de armas não constitui, por si só, elemento comprovativo de tais realidades. Os artigos itálicos chegavam, como é óbvio, até às comunidades indígenas; e as armas, para além das naturais dificuldades de classificação – recorde-se que o exército romano incorporou no seu armamento regular uma parte da panóplia guerreira peninsular –, poderiam bem documentar um assalto/destruição – há, pelo menos, alguns casos em que tal foi arqueologicamente identificado. No caso concreto da Cabeça de Vaiamonte, a presença militar é deduzida da conjugação de diferentes ocorrências e se a mantenho interrogada é, exclusivamente, porque a falta de dados contextuais precisos me impõe esta atitude de reserva.

Não considerando o conjunto de armas (lanças, dardos e punhais) de controversa contextualização (refiro-me, naturalmente, àquelas peças que

se encontram documentadas em contextos indígenas, embora também em estabelecimentos romanos) há a registar a presença de, pelo menos, um *pilum* (Fig. 7) e algumas glandes de chumbo, infelizmente anepígrafas, como todas as outras até à data recolhidas no território hoje português (GUERRA, 1987), elementos caracterizadores de ambientes militares romanos, sem paralelos conhecidos no armamento indígena, às quais se poderiam adicionar, ainda, o capacete encontrado na *Fonte da Moura* e algumas ponteiras, de outros exemplares análogos, encontrados na escavação do povoado. No entanto, muito mais importantes do que as armas, propriamente ditas, para a identificação desta presença são vários outros materiais de importação, bem como um numeroso conjunto de imitações, que, com algumas reservas, poderemos considerar de produção local ou regional, sem que tal conceito implique, necessariamente, um fabrico no próprio povoado em apreço.

São já conhecidas algumas das cerâmicas campanienses recolhidas no local (DELGADO, 1971). De facto, embora a publicação de Manuela Delgado não inclua a totalidade dos materiais depositados no MNALV, certamente por razões que se prendiam com a deficiente organização das colecções à data da realização do estudo, pode dizer-se que, no essencial, as observações então feitas são correctas. Regista-se uma fraca representação das produções de *A tardia*, não mais de dois fragmentos, aos quais se poderia juntar um fragmento de asa das produções etruscas do séc. II a.C. (Espécie 3120 de Morel), sendo predominantes as formas típicas do chamado «círculo da B», com um repertório monótono de formas repartido entre os géneros 2300, 7500 e 2230/2280 e ainda alguns (poucos) exemplares do género 1200 e da espécie 1410. Isto se atendermos, exclusivamente, aos exemplares com «verniz negro», independentemente de serem ou não fabricos itálicos, já que várias peças serão produções do mundo ocidental, talvez mesmo peninsulares, como já foi devidamente sublinhado (DELGADO, 1971).

Há, todavia, um muito maior número de exemplares que constituem aquilo a que poderemos chamar «imitações», na plena acepção do termo, como Morel o definiu (MOREL, 1978: 152 e 1981: 511 e ss.), efectuadas em pastas de matriz granítica, sem qualquer «verniz», mas com um cuidado polimento das superfícies. Estas produções, que se podem repartir por três fabricos distintos, reproduziram somente as *pateras* 2230/2280 e os pequenos recipientes do género 1200 – com uma única excepção, que deverá relacionar-se com um momento anterior da ocupação – uma imitação da Espécie 3130, datável dos primeiros quartéis do séc. II a. C. (Fig. 8). (MOREL, 1981: 249-50). As conclusões a extrair desta prática não parecem evidentes, uma vez que as primeiras constituem a principal forma importada, com mais de três dezenas de exemplares, enquanto que as segundas se encontram representadas por um único exemplar (talvez

dois), o que parece excluir, à partida, quer a hipótese de se terem reproduzido as formas mais usadas; quer a de se terem fabricado localmente aquelas que, por um qualquer motivo, ali não chegavam em abundância. De qualquer modo, não será de rejeitar a ideia de estarmos perante um verdadeiro «serviço» – isto é, peças produzidas para uma utilização conjunta, apesar de todos os riscos que tal dedução comporta, quando simplesmente baseada em observações arqueológicas, como bem frisou J.-P. Morel (1981: 509-10). Embora se tratasse de produções de âmbito local ou regional – como se comprova pela matriz granítica das pastas, mas também pelo recurso às técnicas de fabrico típicas da chamada cerâmica cinzenta fina polida, com as quais se obtinha a superfície negra e lustrosa, de aparência campaniense, sem recorrer a qualquer «verniz» – constituíam peças suficientemente relevantes e/ou raras para merecerem reparações com «gatos» de chumbo, documentadas em dois exemplares.

Estas imitações, reproduzindo sobretudo estas formas, estão documentadas em diversos povoados indígenas do Sudoeste, mas também em estabelecimentos de carácter inequivocamente romano, como o acampamento de Cáceres el Viejo (BELTRÁN LLORIS, 1976: 4-5 e Figs. 1-3 e ULBERT, 1984: 162-171 e Taf. 43-5) ou o Castelo da Lousã (Mourão) (DELGADO, 1971: Quadro II e WHAL, 1985: 158 e Abb 6, n.º 4). No estabelecimento de Cáceres há ainda a registar vários grafitos em caracteres itálicos e de onomástica latina (BELTRÁN LLORIS, 1976: 4-5 e Figs. 1-3 e ULBERT, 1984: 169, Ab. 33 e Taf. 44) o que parece significativo para a determinação de (pelo menos) um segmento dos destinatários de tais artigos. Parece-me importante sublinhar este dado, visto que seria tão fácil, quanto tentador, supor que estas produções se destinariam a um mercado indígena, supostamente menos exigente e/ou mais afastado do acesso aos artigos originais.

Mas não se circunscreve apenas às cerâmicas de tipo campaniense o conjunto de importações e de imitações de produtos itálicos de âmbito local. No domínio das chamadas cerâmicas de «paredes finas», regista-se a presença de exemplares de presumível origem itálica da forma III de Mayet, bem como as respectivas imitações efectuadas também com pastas de matriz granítica, com as superfícies cuidadosamente alisadas, e cozeduras redutoras que lhes conferem tonalidades bem diferentes, diga-se, da coloração exibida pelos recipientes que reproduzem (Fig. 9). Pela qualidade da execução, mas também pelo escrupuloso respeito pela forma «original», estas peças constituem um extraordinário documento sobre os processos de difusão e assimilação das artes oleiras, no decurso da conquista romana. Infelizmente, não dispomos de dados sobre a identidade dos produtores, mas, atendendo aos pormenores de fabrico, que se enquadram nas tradições de âmbito local/regional, não parece de excluir a

hipótese de uma significativa incorporação de mão-de-obra indígena no processo de produção.

Um importante conjunto de lucernas tardo-republicanas foi também recolhido no decurso das escavações empreendidas na Cabeça de Vaia-monte. Trata-se de um lote relativamente heterogéneo que inclui produções de tradição helenística, com o reservatório aberto, exemplares do tipo F e H de Ricci, entre outras, e fabricos de plena tradição itálica, como os exemplares de verniz negro (FERREIRA, 1961: 319 e Fig. 3) do tipo bicónico «do Esquilino», de decoração raiada, respectivamente, tipos E e G de Ricci, e ainda um exemplar do tipo Dressel/Lamboglia 2. A par destas peças, enquadráveis nos chamados tipos de grande difusão, há a registar um exemplar para o qual não conheço paralelos, embora se assemelhe a outras peças também formalmente «estranhas» (PAVOLINI, 1990: 105-7 e Fig. 2, n.º 5 e ULBERT, 1984: 480), e um fundo, eventualmente assimilável ao tipo H de Ricci, ambos produzidos em pastas de matriz granítica.

Não é este o local apropriado para debater as questões relacionadas com cada um dos tipos recolhidos em Vaia-monte, nem creio ser essa a melhor via para determinar a cronologia do conjunto; mais interessante me parece compará-lo com os outros conhecidos na Península Ibérica, particularmente os recolhidos em contextos militares. Dispomos, à partida, de três importantes conjuntos, presumivelmente representativos dos padrões de exportação/importação, compreendidos entre a segunda metade do séc. II e os meados do I a.C., respectivamente, os dos acampamentos do cerco de *Numantia* – infelizmente de datação algo imprecisa, devido às circunstâncias e época da sua recolha – (ULBERT, 1984: 151-161 e ROMERO CARNICERO, 1990), de Cáceres el Viejo (BELTRÁN LLORIS, 1976: e ULBERT, 1984: 151-161) e da Lomba do Canho (Arganil) (NUNES / GUERRA / FABIÃO, 1990). Apesar da existência de tipos comuns, o padrão genérico das formas representadas em cada um deles é substancialmente diferente, assumindo características verdadeiramente emblemáticas, sobretudo pelo carácter, bem circunscrito no tempo, de dois destes sítios. O conjunto de Vaia-monte acusa uma notável semelhança com o de Cáceres el Viejo, constituído no decurso de uma ocupação compreendida, em termos genéricos, entre o último quartel do séc. II e o primeiro do I a.C. – ou, se preferirmos, em termos históricos, entre os fins da guerra lusitana e a época dos episódios hispânicos da guerra civil romana protagonizados por Quinto Sertório –, haverá a registar, como principal diferença, para além das quantidades, a presença de um exemplar do tipo Dressel/Lamboglia 2, no povoado em apreço, cuja cronologia de exportação nem sequer é divergente do quadro cronológico aqui proposto.

Interessante resulta verificar, uma vez mais, a existência de possíveis fabricos locais ou regionais, embora se deva reconhecer a necessidade de um estudo laboratorial de composição das pastas, para que se possa avançar com propostas mais concretas.

Ainda no domínio das cerâmicas importadas, resulta estranha a ausência de ânforas, que se resumem a um fragmento de bocal de Dressel I de fabrico itálico (FABIÃO, 1989: 92 e Fig. 15); e não parece legítimo invocar a localização interior do povoado como eventual explicação, visto que se conhecem materiais deste tipo, em maior abundância, em muitos outros locais do interior, designadamente, no estabelecimento de Cáceres el Viejo, várias vezes aqui invocado como paralelo. Provavelmente, os critérios de selecção dos materiais encontrados constituirão uma melhor justificação para esta escassez...

Particularmente interessante é também o conjunto de elementos de baixela metálica tardo-republicana de bronze recolhido na Cabeça de Vaiamonte, sem dúvida um dos mais notáveis até à data registado no actual território português. Na impossibilidade de tratar mais extensamente os exemplares de cada tipo, aqui fica uma breve referência às peças já analisadas. Estão representados os *simpula* de pega horizontal, particularmente, os do tipo A (CASTOLDI / FEUGUÈRE, 1991), com pelo menos seis exemplares, entre os quais um com vestígios de reparação (Fig. 10), mas também os dos tipos B, com um exemplar (Fig. 11), e o C ou D, com outro – este último revela-se, por sinal, particularmente interessante, visto que permite uma proposta de identificação funcional para uma «vareta de bronze» encontrada em Cáceres el Viejo (ULBERT, 1984: Taf. 21, n.º 154). Há, ainda, duas asas de outros tantos jarros biconcônicos do tipo Piatra Neamt (BOUBE, 1991); um outro jarro metálico, de cabeça postiça, de problemática classificação (ALARCÃO, 1996); asas de copos do tipo Idria (FEUGÈRE, 1991); elementos de pasadores (GUILLAUMET, 1991), entre outros fragmentos de mais difícil identificação. Neste caso concreto, é realmente lamentável que as deficiências do registo das intervenções e, certamente, da própria escavação, não possibilitem um melhor tratamento dos fragmentos recolhidos – assinala-se, contudo, que a continuação do processo de limpeza e tratamento dos materiais em depósito no MNALV, apenas iniciado, poderá ainda reservar algumas surpresas, no domínio da baixela metálica de bronze.

O panorama das importações de baixela metálica tardo-republicana na Península Ibérica, actualmente muito pobre, tende a modificar-se substancialmente, à medida que forem progredindo as investigações em povoados, já que, por um qualquer motivo de difícil caracterização, o grosso dos achados hispânicos parece circunscrever-se a estes locais e não às necrópoles, como acontece na Península Itálica e na Gália do Sul, para não citar os mais longínquos casos dos Balcãs e Europa Central. Provavel-

mente esta peculiaridade do registo terá razões de ordem cultural – escassa aceitação destes artefactos no seio das élites indígenas ou manifesta inadequação aos pressupostos que presidiram à constituição das panóplias fúnebres? – e/ou de natureza cronológica – escasso conhecimento das necrópoles datáveis dos sécs. II-I a.C.? –, que de momento nos escapam. Somente a título de exemplo, refira-se que o número de *simpula* recolhidos em Vaiamonte era superior ao dos restantes conhecidos em território hoje português. No entanto, no povoado de Mesas do Castelinho (Almodôvar) foram recolhidos já, após oito anos de escavações, cinco exemplares de pega horizontal do tipo A de Feuguére e um exemplar do tipo B – materiais inéditos, na sua maior parte, embora alguns já publicados (FERREIRA, 1992: 23-4). Situação análoga conhecem os jarros bitroncocónicos de tipo Piatra Neamt, de que se conhecem somente cinco exemplares na Península Ibérica (BOUBE, 1991: Liste 1 e Fig. 8), para além dos dois de Vaiamonte. É provável, por outro lado, que uma investigação sistemática aos fundos dos museus peninsulares, devidamente orientada neste sentido, possa vir a engrossar a lista dos exemplares conhecidos – ainda em publicações recentes se podem encontrar classificações erróneas, como é o caso de um fragmento terminal de asa de jarro de tipo Piatra Neamt, encontrado nas proximidades da albufeira da barragem de Iznájar, Córdova, descrito como «busto masculino com barrete frígio» (GALEANO CUENCA / GIL FERNÁNDEZ, 1994: 60, n.º 2).

Finalmente, o espólio numismático regista um importante conjunto de moedas republicanas, 83 de bronze e 73 de prata, entre cunhagens itálicas e hispânicas, praticamente inédito, à excepção da pequena amostra publicada por M. Farinha dos Santos (1972). Até onde foi possível apurar, já que se encontram quase todas por limpar, e atendendo sobretudo à numária de prata, de mais segura datação, existe uma única moeda datada de 58 a.C., situando-se todas as restantes para lá de 80 a.C. – registre-se, porém, que entre as moedas de bronze se encontra, pelo menos, um asse de Pompeio (RRC, 471).

Por tudo isto, pode afirmar-se que existiu na Cabeça de Vaiamonte uma importante ocupação de época republicana, à qual se pode atribuir uma natureza militar, atendendo, sobretudo, às gritantes semelhanças com o registo arqueológico proporcionado pelo estabelecimento de Cáceres el Viejo. Esta ocupação parece ter cessado de uma forma abrupta, na mesma época e, provavelmente, pelas mesmas razões que determinaram o abandono do acampamento «extremeño», ou seja, no decurso, ou em consequência, da guerra sertoriana. É certo que as duas moedas citadas, de cronologia discordante com esta proposta, aconselham alguma prudência na proposta apresentada. Mas não é menos certo o peso muito mais relevante dos elementos que a sustentam, inclusivamente os de natureza numismática.

Parece inquestionável a existência de uma clara solução de continuidade na ocupação da Cabeça de Vaiamonte, o que não significa inexistência de materiais romanos, datados de épocas mais tardias. No entanto, pelo seu número e qualidade, resulta evidente que o povoado não voltou a conhecer a prosperidade destes tempos, tendo-se transformado, com fortes probabilidades, em mero local de utilização ocasional.

1.5. Outras Ocupações Romanas?

A definição de fases de ocupação da época romana, mas já do período imperial, na Cabeça de Vaiamonte, constitui um problema de difícil esclarecimento, sobretudo, devido aos problemas que rodearam desde sempre a «armazenagem» dos materiais deste sítio arqueológico no MNALV.

Um primeiro indicador de eventuais ocupações romanas mais tardias é fornecido por algumas das moedas depositadas no MNALV. Embora, como se disse, o grosso do espólio numismático date de época Republicana, há catorze moedas mais tardias e, o que parece mais significativo, são demasiado heterogéneas para se poder supor uma qualquer reutilização episódica daquele espaço – há cunhagens de Tibério, Calígula, Adriano, Galieno e Tétrico, para além de pequenos bronzes mais tardios.

Existem também algumas cerâmicas comuns que pertencerão a estas épocas, designadamente algumas peças praticamente inteiras, ou que possibilitaram reconstituições integrais. Por outro lado, são inexpressivos os fragmentos de cerâmicas finas de época post-republicana seguramente atribuíveis à Cabeça de Vaiamonte. Há mais moedas da época imperial do que fragmentos de *sigillata*, o que parece significativo para uma avaliação da natureza das utilizações que do sítio fizeram as populações deste período.

No entanto, os problemas que envolve a atribuição categórica de alguns destes materiais à Cabeça de Vaiamonte – tema tratado com maior desenvolvimento em *op. cit.* na nota 2 – inibem qualquer tentativa de interpretação destas ocupações. Pondo de parte essa dificuldade, resulta de qualquer modo evidente que o local não terá conhecido em épocas posteriores a projecção e relevância dos fins do séc. II / primeiros decénios do séc. I a.C..

1.6. Materiais Muçulmanos

Contrariamente ao que sucede com outras fases da ocupação da Cabeça de Vaiamonte, podemos dizer com alguma segurança que a utilização do sítio em época muçulmana constituiu, de facto, uma reutilização de um espaço de há muito abandonado, sendo mesmo admissível que se

tenha revestido de um carácter sem paralelo na história das utilizações humanas do local.

Os materiais atribuíveis a esta época resumem-se a alguns fragmentos cerâmicos, genericamente enquadráveis no âmbito das cerâmicas Omíadas: um fragmento de bordo e colo, estriado, do Estilo A1.1.d. de Retuerce / Zozaya (1986); dois fragmentos de recipientes com decoração bícroma, respectivamente com traços vermelhos finos sobre fundo branco (Estilo A.2.2.c.) e traços brancos grosseiros sobre fundo avermelhado (Estilo A.2.2.j.), um fragmento de bico de candeia e uma candeia, restaurada, que estaria inteira, à excepção da chaminé de alimentação, com decoração vidrada a verde e incisões (Estilo B.1.b.), curiosamente encontrada na Camada 75-100, uma das mais profundas registadas pelas antigas escavações.

De facto, se não existisse a candeia, seria de supor que os materiais ali chegados resultariam de meras passagens, nem sequer merecedoras de uma classificação no domínio das «ocupações», já que outros materiais ainda mais recentes, desde botões de uniformes militares do século passado, a um fragmento de garrafa contemporânea, passando por outros fragmentos de cerâmica, muito poucos diga-se, seguramente pós-medievais, indiciam breves passagens humanas pelo local¹³. As circunstâncias contextuais de recolha da candeia, entenda-se, a profundidade a que se encontrou, e o seu bom estado de conservação sugerem, contudo, que teria existido uma qualquer utilização daquele espaço, certamente de carácter menos «efémera» – provavelmente, um ou mais silos – em época muçulmana.

2. O Que se Conhece Hoje das Ocupações Antigas da Cabeça de Vaiamonte

O que hoje conhecemos do sítio arqueológico da Cabeça de Vaiamonte resulta, fundamentalmente, de duas linhas possíveis de observação: por um lado, do estudo do acervo de materiais recolhido ao longo das sucessivas campanhas de escavações ali empreendidas pelo MNALV, nos tempos da direcção de Manuel Heleno; por outro, das observações decorrentes da análise da sua implantação e articulação com um território,

¹³ Boa parte da elevação onde se encontra o povoado está plantada de oliveiras, cuja azeitona era anualmente apanhada, até há poucos anos. Actualmente, o principal aproveitamento é de campo de pastagem para gado ovino e vacum, pelo que se pode dizer que a Cabeça de Vaiamonte continua, hoje em dia, a ser frequentada. Inclusivamente, é local usado em exercícios militares. Por tudo isto, penso que os vestígios pós-medievais ali recolhidos, estarão relacionados com este tipo de actividades, não constituindo necessariamente sinais de uma reocupação com funções residenciais daquele espaço.

bem como dos vestígios conservados à superfície. Ambas comportam problemas e distorções, dificilmente ultrapassáveis sem a realização de novas escavações no local.

Assim, e com os dados disponíveis, poderíamos começar por um ensaio de comparação entre a sequência das ocupações deste povoado, descortináveis de entre o conjunto de materiais depositados no MNALV, e as realidades conhecidas na região, mesmo que entendida em sentido lato. Há que reconhecer, porém, que a tentativa esbarra inevitavelmente na ausência de informação sobre os núcleos residenciais das diferentes épocas. De facto, por razões que se prendem com particularidades da história da arqueologia portuguesa, que não vem ao caso desenvolver aqui, o período compreendido entre a Idade do Bronze e os inícios do estabelecimento de formas de ocupação do espaço típicas do período romano, designadamente cidades e *uillae*, é um dos mais mal conhecidos de todo o sul do actual território português. Faltam as escavações em povoados, faltam as sequências estratigráficas bem documentadas e publicadas, falta a publicação, em termos minimamente extensos da maior parte dos poucos lugares sondados. Faltam, também, como não poderia deixar de ser, em face do exposto, séries de datações radiométricas para as fases mais antigas, isto é, para aquelas que não podem ser datadas pela associação a artigos importados de cronologia bem definida.

Por outro lado, sabemos que um dos principais modelos de habitat destas épocas é o povoado fortificado de apreciável extensão, embora em alguns casos pareça existir uma tendência para exagerar as suas dimensões¹⁴. No entanto, sabemos também que estes locais conheceram diferentes fases de ocupação, pelo que a sua configuração topográfica, reconhecível a partir de observações de superfície, nomeadamente a identificação de antigas linhas de muralha, se deve entender como uma simples indicação das *áreas fortificadas no momento da maior extensão das mesmas* – sublinhe-se que esta definição nem sequer é susceptível de uma equivalência a *área habitacional*, pelo generalizado desconhecimento que ainda temos sobre a sua organização interna e pela verosimilhança da existência de recintos fortificados para acolher gados, por exemplo, sem quaisquer finalidades residenciais. Diria, pois, que há problemas de representatividade nas *amostras* conhecidas, isto é, não sabemos, em muitos casos, se dispomos de indicadores seguros sobre as diferentes ocupações de um povoado, ou simplesmente de registos das utilizações feitas numa

¹⁴ A título de exemplo, refira-se que foi recentemente estimada em 7.88 ha a área ocupada pelo antigo povoado da Cabeça de Vaiamonte (GAMITO, 1988a: e 1988b: 23). Não se sabe, porque tal nunca foi explicitado, que critério terá sido usado para alcançar esta cifra, e não creio que as condições de observação actuais se possam considerar minimamente aceitáveis para uma estimativa séria, pela existência de diversos muros e taludes, certamente de diferentes épocas, que atravessam a elevação, em vários sentidos.

determinada área do mesmo, sem que tal signifique uma efectiva expressão dos diferentes momentos de ocupação que conheceu.

Temos, portanto, evidentes dificuldades em estabelecer de uma forma clara os modelos a que terá obedecido a dinâmica do povoamento proto-histórico no Sudoeste. Os casos conhecidos fornecem uma diversidade de situações dificilmente articulável com a informação de que dispomos para a Cabeça de Vaiamonte. Há seguramente sítios com diferentes ocupações Calcolíticas, mas que não sobrevivem para além deste período; locais onde se regista uma continuidade Calcolítico / Bronze; povoados que registam ocupações do Calcolítico, seguidas de hiatos – embora aqui se possam colocar as interrogações decorrentes da qualidade da amostra disponível –, com reocupações na Idade do Ferro; outros ainda parecem registar ocupações da Idade do Bronze e da Idade do Ferro, suscitando habituais interrogações sobre a existência de extensas ocupações ou de diferentes fases separadas por soluções de continuidade; casos em que se observaram longuíssimas utilizações, aparentemente ininterruptas, como será o caso dos grandes povoados de Medellín ou Alcácer do Sal, mas que se poderá ter verificado também em Badajoz ou na Serra de Segóvia, dois locais bem próximos do povoado em apreço; finalmente, os locais que permanecem no âmbito da rede de centros urbanos de época romana e aqueles que acabam por ser abandonados em momentos precoces da romanização.

Para uma correcta aferição de modelos e, sobretudo, para uma boa identificação dos artefactos típicos das diferentes épocas, precisávamos de dispor de um número maior de datações radiométricas, infelizmente muito escasso para os episódios do Bronze e Ferro Inicial meridionais. Para os grandes centros do litoral, e mesmo para alguns do interior, a existência de materiais importados das áreas do Mediterrâneo, normalmente com parâmetros cronológicos relativamente bem definidos, vai permitindo suprir as lacunas, para as épocas subsequentes. Mas, para os outros, para aqueles que não receberam de uma forma significativa e continuada esses artigos, como parece ter sido o caso da Cabeça de Vaiamonte, as interrogações avolumam-se e nem sequer o recurso à comparação com os dados fornecidos por outras áreas mais bem estudadas se afigura elucidativo, como procurei exemplificar com o bem conhecido caso das necrópoles celtibéricas.

Como se disse, falta-nos muito para podermos ter respostas categóricas, mas não parece despropositado supor para a Cabeça de Vaiamonte uma muito longa ocupação, eventualmente pontuada por fases de abandono. Estas poderão ter ocorrido num momento da transição Calcolítico / Bronze, algures no II Milénio a.C., embora não seja de excluir uma hipotética continuidade, como já se referiu; e, com contornos muito mais duvidosos, na transição entre o Bronze Final e um momento relativamente adiantado da Idade do Ferro, cronologicamente situável entre os sécs. VII-V a.C. – esta suposta solução de

continuidade, que me parece extremamente duvidosa, terá de se admitir, uma vez que lidamos com materiais desprovidos de contexto.

Particularmente importante terá sido a ocupação na época da conquista romana. Como se viu, aqui se terá instalado uma guarnição militar, certamente integrada no processo de conquista e ocupação do território iniciada na sequência do fim da guerra lusitana. Neste particular, dispomos de um conjunto de informações particularmente interessantes, mas que não parecem ter sido devidamente valorizadas. Por um lado, conhecemos o estabelecimento militar de Cáceres el Viejo que, tanto pelo cuidado das suas construções, como pelos claros indícios de reconstruções e remodelações e pela análise do acervo numismático (ULBERT, 1984: 202-4), teria sido uma instalação com carácter permanente, com (pelo menos) dois decénios de existência, e não um simples acampamento de campanha. Por outro lado, a conhecida *deditio* de Alcántara, datada de 104 a.C. (LÓPEZ MELERO / SÁNCHEZ ABAL / GARCÍA JIMÉNEZ, 1984), só faz sentido, como inscrição lavrada, no contexto de uma efectiva presença de tropas romanas. Assim, tudo parece indicar que estava em curso um processo de ocupação territorial das áreas interiores da *Ulterior*, nos finais do séc. II e inícios do I a.C., que terá sido brutalmente quebrado no decurso dos episódios hispânicos da guerra civil romana protagonizados por Quinto Sertório. Afigura-se plausível, como se referiu, ter-se verificado uma importante perturbação na ocupação da Cabeça de Vaiamonte no quadro deste conflito.

Certo é o declínio do aglomerado numa fase antiga do séc. I a.C.. Há, de facto, vestígios de uma continuada frequência da Cabeça, em épocas posteriores, sem contudo se registar a mesma exuberância de outras épocas. Parece-me extremamente interessante este declínio, comparável ao que se verifica com Cáceres el Viejo e, provavelmente, com os Chões de Alpompe (Santarém). O aspecto mais curioso deste fenómeno, sobretudo no que se relaciona com as instalações militares mais importantes, resulta da aparente «interdição» que parece ter-se abatido sobre os lugares. A importância estratégica justifica uma nova instalação nas imediações, *Norba Caesarina*, junto a Cáceres el Viejo, e um *Praesidium Iulium* em *Scallabis*, nas proximidades dos Chões, sem, todavia, se registar uma reocupação dos antigos estabelecimentos. Naturalmente, não conhecemos nada de semelhante na zona de Vaiamonte e, provavelmente, nem a relevância militar do local o justificaria, mas afigura-se importante reequacionar o episódio sertoriano, como factor condicionante das políticas de ocupação do território e de consolidação das redes de povoamento, aparentemente minimizado nas importantes sínteses que a este período do Sudoeste dedicou Berrocal-Rangel (1989-1990 e 1996).

Para a fase romana imperial estamos mais bem informados, uma vez que são extremamente abundantes os vestígios de época romana nas áreas

envolventes. Podemos, por isso mesmo, afirmar que se instalou, embora em momento cronologicamente impreciso, um povoamento em *willae*, naturalmente ocupando as zonas baixas, no âmbito do processo de Romanização. A inscrição IRCP 578, atribuída à Herdade do Mateus (Vaiamonte) regista um indivíduo inscrito na tribo Quirina, aquela em que se encontravam inscritos os cidadãos de *Ammaia* (S. Salvador de Aramenha), parecendo, por isso mesmo, mais razoável incluir esta região na área de influência daquela cidade, como chegou a ser admitido (ALARCÃO, 1985: 102-103) – v. artigo de Amílcar Guerra neste mesmo volume – do que a *Abelterium*, algures nas imediações de Alter do Chão, sobre a qual não existem, reconhecidamente, quaisquer indícios de particular relevância (ALARCÃO, 1990: 363). Neste novo quadro administrativo e económico, o velho povoado de altura não parece ter desempenhado qualquer papel, embora possa ter continuado a ser esporadicamente frequentado por quem habitava os novos núcleos das zonas baixas.

A Cabeça terá permanecido como eventual local de refúgio, em épocas posteriores, a que se recorria em caso de necessidade, ou para ocultar alguns bens ou recursos, sem todavia se justificar uma reocupação, digna desse nome – a menos que os critérios de selecção das equipas que trabalharam a mando de Manuel Heleno tenham sido particularmente severos para com os materiais medievais e posteriores.

Agradecimentos:

Quero expressar a minha gratidão aos Directores do MNALV, Drs. Francisco Alves e Luís Raposo, por todas as facilidades concedidas para o estudo dos materiais da Cabeça de Vaiamonte, o agradecimento é extensivo à Conservadora Dr.^a Ana Isabel Santos, que iniciou o trabalho sobre as colecções deste sítio arqueológico e generosamente me cedeu todas as suas anotações, e a todo o restante corpo de funcionários da Instituição, sempre disponíveis para acorrer às minhas solicitações. O Dr. António Marques Faria foi, uma vez mais, um paciente orientador do trabalho desenvolvido com a colecção numismática. Particularmente enriquecedora foi a experiência de trabalho com os alunos do Seminário da Escola Superior de Conservação e Restauro (ano lectivo de 1995-96), orientados pela Dr.^a Adília Alarcão e por Manuel Matias, que procederam à conservação e restauro de algumas das peças da Cabeça de Vaiamonte. O desenhador Pedro Beltrão, do MNALV, atinou as figuras, conferindo uma notável qualidade aos tristonhos desenhos a lápis que eu tinha feito.

A bolsa para Doutoramento em Arqueologia que a Fundação Calouste Gulbenkian me concedeu possibilitou a realização de este e outros trabalhos.

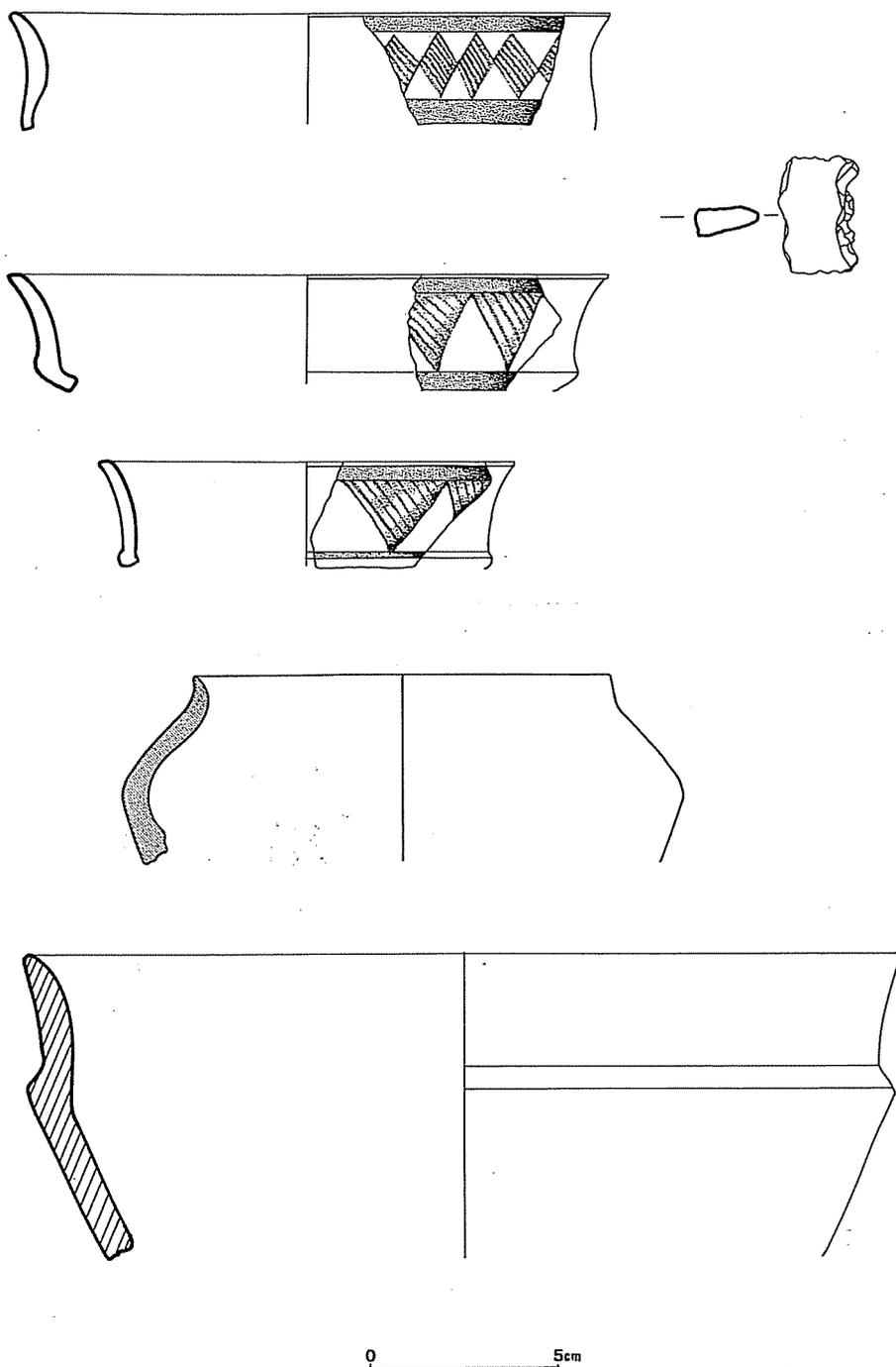


Fig. 2. Materiais da Idade do Bronze da Cabeça de Vaimonte, Monforte.

O Povoado Fortificado da Cabeça de Vaiamonte (Monforte)

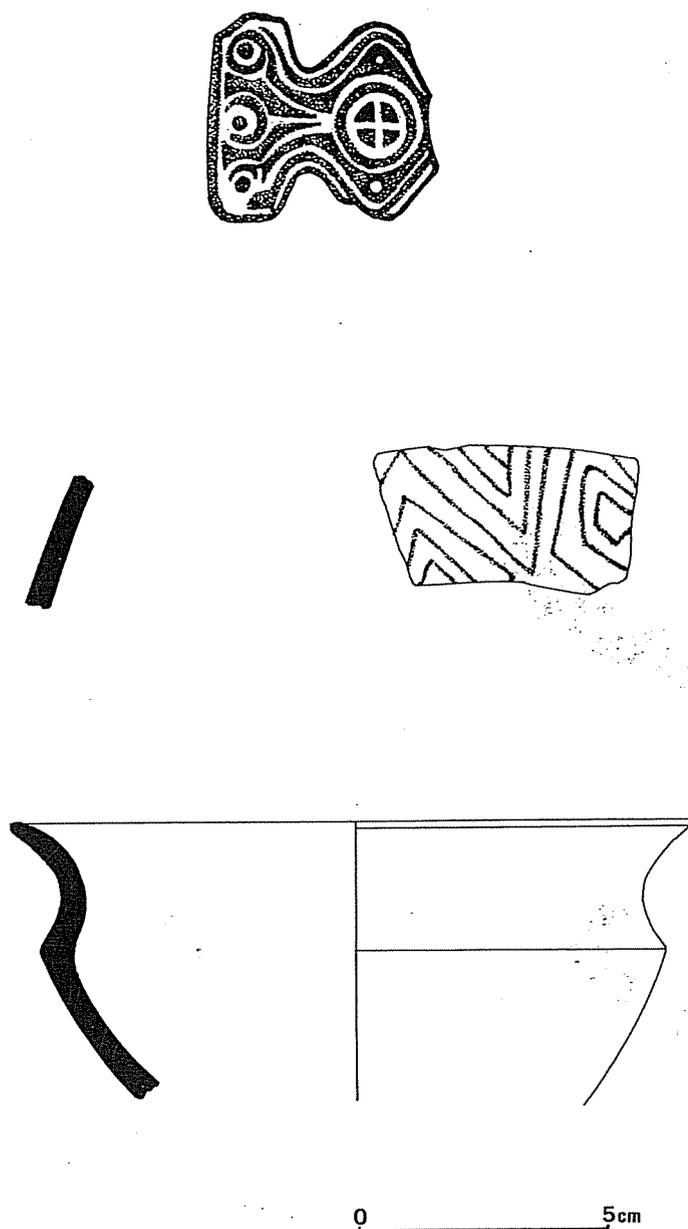


Fig. 3. Fivela de cinturão, fragmento de cerâmica feita ao torno, decorado por polimento, segundo a técnica chamada de «retícula brunida», fragmento de recipiente montado ao torno com acabamento polido da Cabeça de Vaiamonte, Monforte.

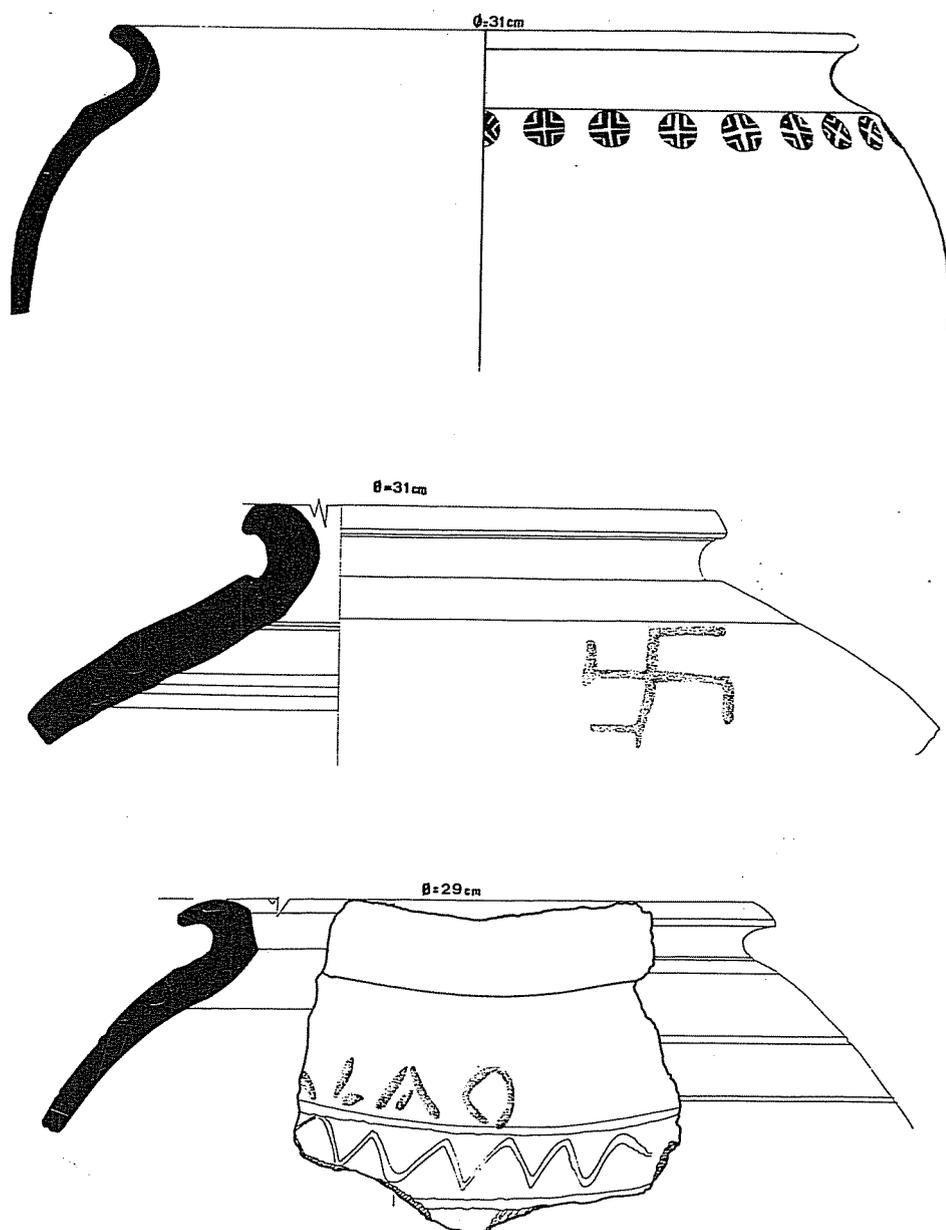


Fig. 4. Grandes recipientes de armazenagem, respectivamente, com decoração impressa por matrizes («estampilhados»), com marca incisa, antes da cozedura e com inscrição em caracteres latinos, igualmente efectuados antes da cozedura, da Cabeça de Vaiamonte, Monforte.

O Povoado Fortificado da Cabeça de Vaiamonte (Monforte)

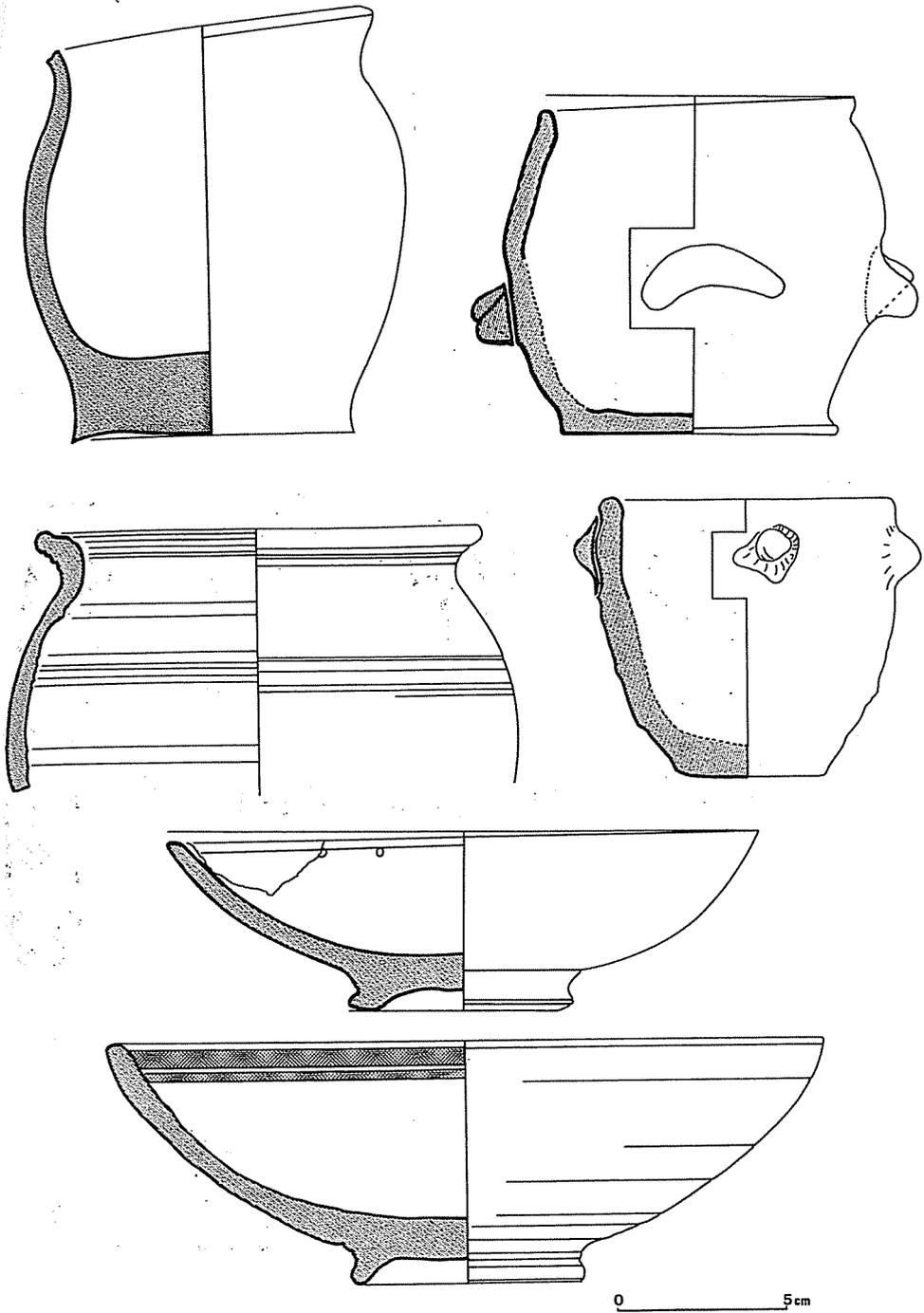


Fig. 5. Cerâmicas da Idade do Ferro da Cabeça de Vaiamonte.

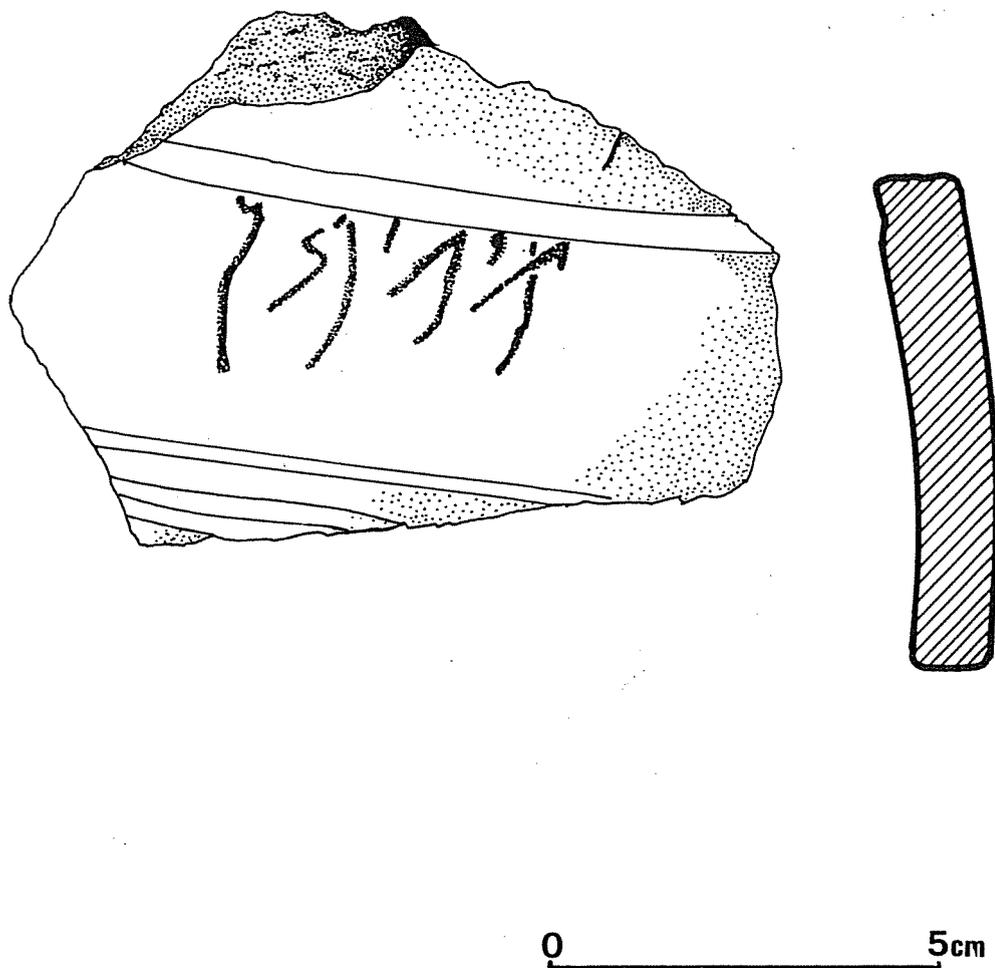


Fig. 6. Inscrição em caracteres púnicos, efectuada antes da cozedura na parede externa de um recipiente importado, da Cabeça de Vaiamonte.

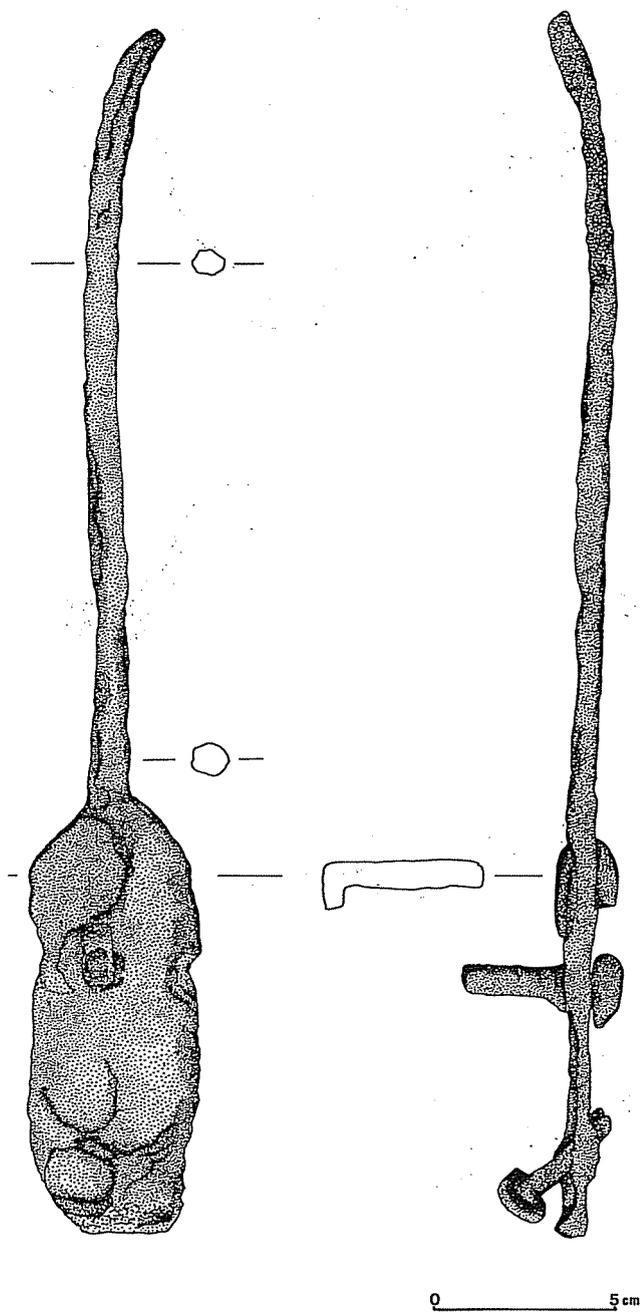


Fig. 7. Grande fragmento de *pilum* de ferro, de época romana, da Cabeça de Vaiamonte.

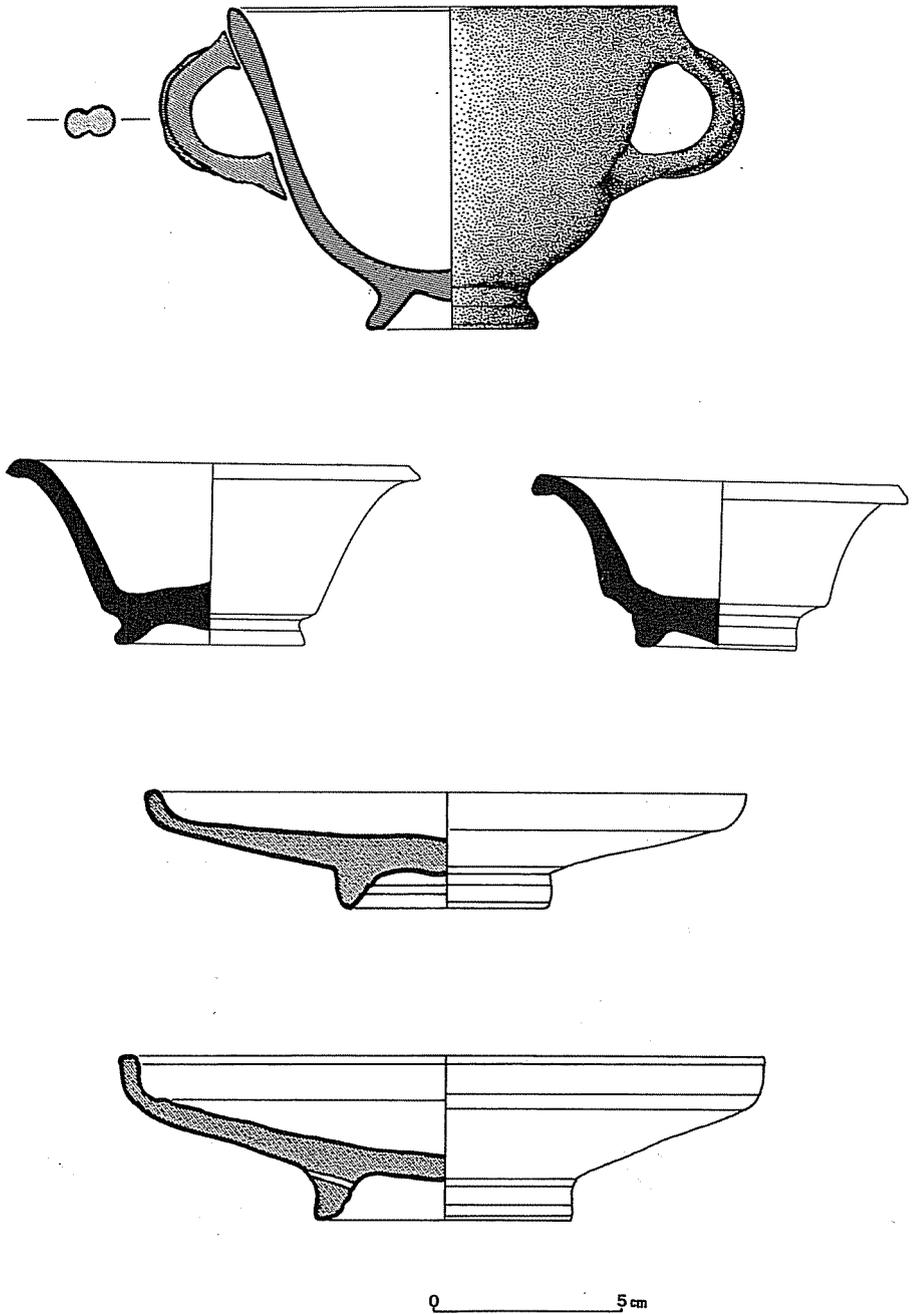


Fig. 8. Imitações locais / regionais de formas de cerâmicas de tipo campaniense da Cabeça de Vaiamonte.

O Povoado Fortificado da Cabeça de Vaiamonte (Monforte)

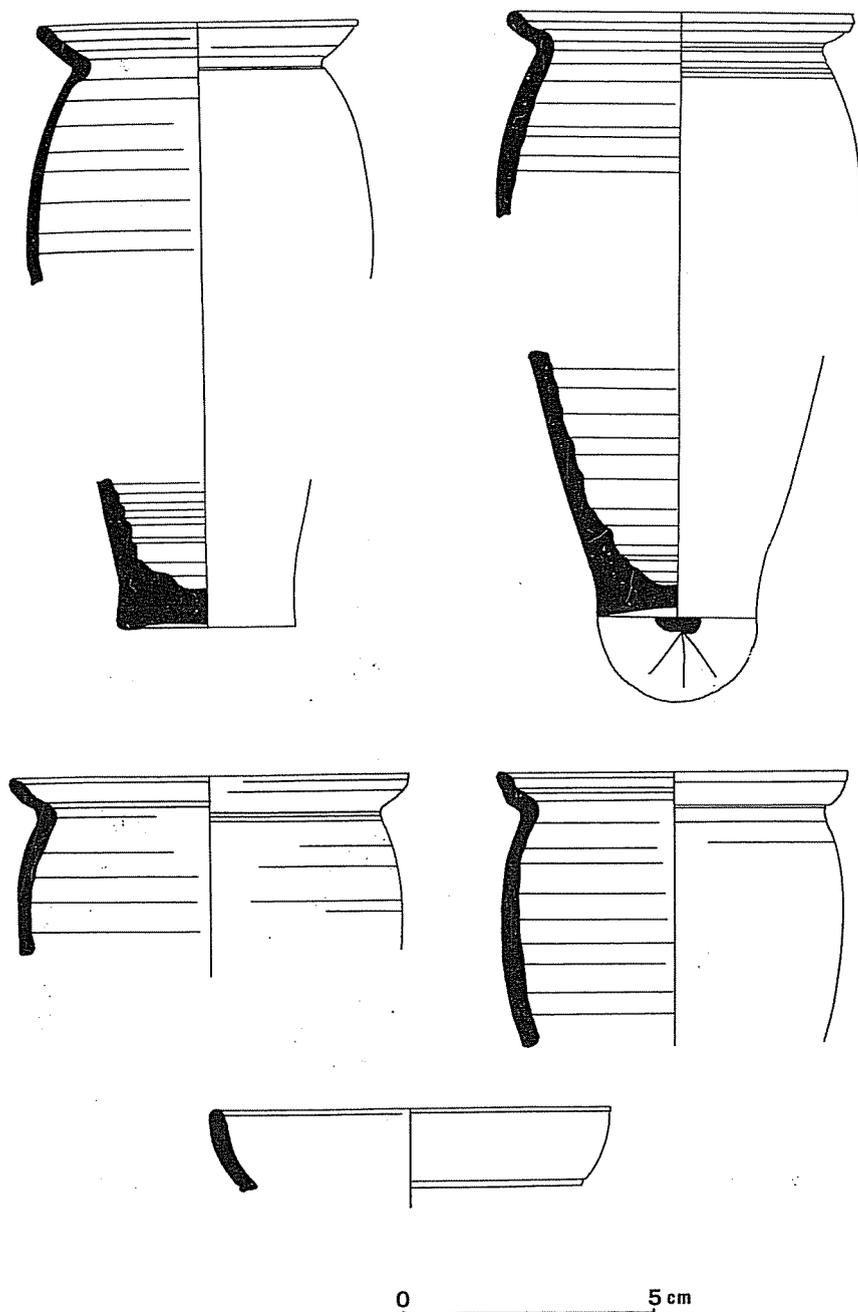


Fig. 9. Cerâmicas de «paredes finas» da Cabeça de Vaiamonte. Em cima, peças importadas, de provável fabrico itálico, em baixo, imitações de produção local ou regional, com pastas de matriz granítica, recolhidas na Cabeça de Vaiamonte.

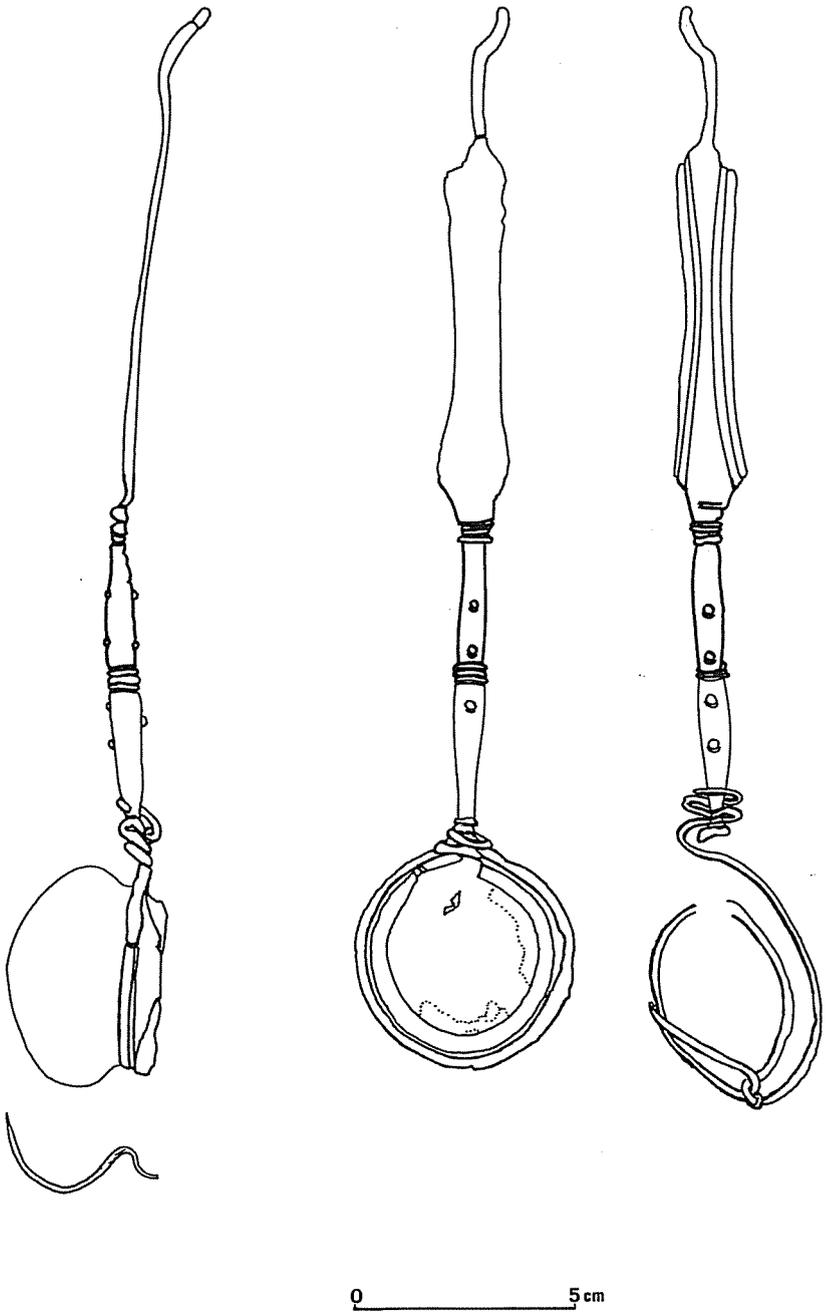


Fig. 10. *Simpulum* do Tipo A de FEUGUÈRE, com reparação, da Cabeça de Vaia-monte.

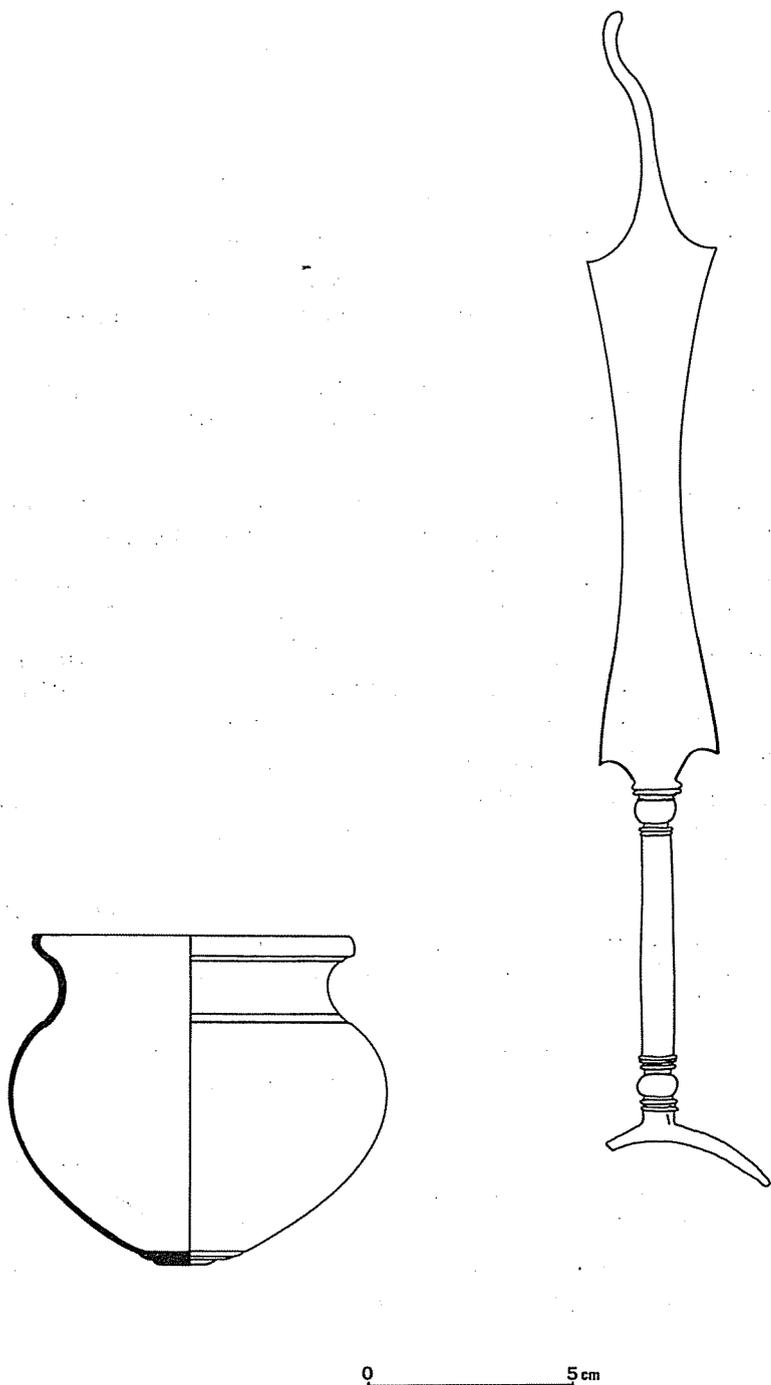


Fig. 11. *Simpulum* do Tipo B de FEUGUÈRE da Cabeça de Vaiamonte.

Referências

- ALARCÃO, A., 1996, *O Jarro Metálico do Tipo Eggers 128 Antecedentes, Variantes e Imitações*, in: MACIEL, M.J. (Ed.) *Miscellanea em Homagem ao Professor Bairrão Oleiro*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 25-37.
- ALARCÃO, J., 1985, *Sobre a Romanização do Alentejo e do Algarve – A propósito de uma obra de José d'Encarnação*, «Arqueologia», 11, pp. 99-111.
- 1990, *O Domínio Romano*, in: ALARCÃO, J. (Ed.) *Portugal das Origens à Romanização*, (Nova História de Portugal, I), Lisboa, Presença, pp. 345-489.
- ALMAGRO GORBEA, M., 1977, *El Bronce Final y el Período Orientalizante en Extremadura*, Madrid (Bibliotheca Praehistorica Hispana, 14).
- 1990, *El Período Orientalizante en Extremadura*, in: *La Cultura Tartésica y Extremadura* (Cuadernos Emeritenses, 2), pp. 85-125.
- ALMAGRO-GORBEA, M. e MARTÍN BRAVO, A. M., 1994, *Medellín 1991 La Ladera Norte del Cerro del Castillo*, in: ALMAGRO-GORBEA, M. e MARTÍN, A. M. (Eds.) *Castros y Oppida en Extremadura*, Madrid (Complutum Extra, 4), pp. 77-127.
- ALMEIDA, D. F. e FERREIRA, O. V., 1967, *Fechos e Placas de Cinturão Hallstáticos Encontrados em Portugal*, «O Arqueólogo Português», Série III, 1, pp. 81-96.
- ARNAUD, J. M., 1970, «*O Castelo Velho*» de Veiros (Estremoz) *Campanha Preliminar de Escavações de 1969*, *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1969), Vol. II, Lisboa, pp. 311-328.
- 1979, *Corôa do Frade. Fortificação do Bronze Final dos Arredores de Évora – Escavações de 1971-1972*, «Madrider Mitteilungen», 20, pp. 56-100.
- ARNAUD, J. M. e GAMITO, T. J., 1974-7, *Cerâmicas Estampilhadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal. I – Cabeça de Vaiamonte – Monforte*, «O Arqueólogo Português», série III, 7-9, pp. 165-202.
- ARRUDA, A. M., 1993 *A Ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no Contexto da Expansão Fenícia para a Fachada Atlântica Peninsular*, in: *Os Fenícios no Território Português*, «Estudos Orientais», 4, pp. 193-214.
- ARRUDA, A.; GUERRA, A. e FABIÃO, C., 1995, *O Que É a II.ª Idade do Ferro no Sul de Portugal*, 1º Congresso de Arqueologia Peninsular

- (Porto, 1993) – *Actas VI*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», 35(2), pp. 237-257.
- BERROCAL-RANGEL, L., 1988, *Excavaciones en Capote (Beturia Céltica) I*, (Série Nertobrigense, 1), s/l, Ayuntamiento de Fregenal de la Sierra e Ayuntamiento de Higuera la Real.
- 1989, *El Asentamiento «Celtico» del Castrejón de Capote (Higuera la Real, Badajoz)*, «Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid», 16, pp. 245-295.
- 1989-1990, *Cambio Cultural y Romanización en el Suroeste Peninsular*, «Anas», 2-3, pp. 103-122.
- 1992, *Los Pueblos Célticos del Suroeste de la Península Iberica*, Madrid (Complutum Extra, 2).
- 1994a, *El Altar Prerromano del Castrejón de Capote. Ensayo Etno-Arqueológico de un Ritual Céltico en el Suroeste Peninsular*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid (Excavaciones Arqueológicas en Capote (Betúria Céltica), II).
- 1994b, *El Oppidum de Badajoz. Ocupaciones Prehistoricas en la Alcazaba*, in: ALMAGRO-GORBEA, M. e MARTÍN, A. M.^a (dir.) *Castros y Oppida en Extremadura*, Madrid, pp. 143-187 (Complutum Extra, 4).
- 1996, *Fortificación, Guerra y Poblamiento en la Beturia: Consideraciones sobre el Altar de Capote y la Conquista del Suroeste*, «Revista de Estudios Extremeños», 52 (2), pp. 411-440.
- BEIRÃO, C. M. e CORREIA, V. H., 199?, *A II.ª Idade do Ferro no Sul de Portugal: O Estado Actual dos Nossos Conhecimentos*, *Actas del XXI Congreso Nacional de Arqueología (Terruel, 1991)*, Zaragoza, p.
- BEIRÃO, C. M. e GOMES, M. V., 1980, *A I.ª Idade do Ferro no Sul de Portugal: Epigrafia e Cultura*, Lisboa, SEC / MNAE.
- 1985, *Grafitos da Idade do Ferro do Centro e Sul de Portugal*, *Actas del III Coloquio de Lenguas y Culturas Paleohispanicas (Lisboa, 1980)*, Salamanca, Ed. de la Universidad de Salamanca, pp. 465-502.
- BELTRÁN LLORIS, M., 1976, *La Cerámica del Campamento de Cáceres el Viejo (Cáceres)*, *V Congreso de Estudios Extremeños (Ponencias VII y VIII)*, Badajoz, pp. 3-22.
- BOUBE, C., 1991, *Les Cruches*, in: FEUGUÈRE, M. e ROLLEY, C. (Eds.), pp. 23-45.
- CALADO, M., 1993, *A Idade do Bronze*, in: MEDINA, J. e GONÇALVES, V. S. (dir.), *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Ediclube, pp. 327-353.
- CARDOSO, J. L., 1995, *O Bronze Final e a Idade do Ferro na Região de Lisboa: Um Ensaio*, «Conimbriga», pp. 33-74.

- CASTOLDI, M. e FEUGUÈRE, M., 1991, *Les Simpulums*, in: FEUGUÈRE, M. e ROLLEY, C. (Eds.), pp. 61-88.
- CELESTINO PÉREZ, S.; ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J. J. e RODRÍGUEZ DÍAZ, A., 1992, *Paleoetnología del Área Extremeña*, in: ALMAGRO-GORBEA, M. e RUIZ ZAPATERO, G. (Eds.), *Paleoetnología de la Península Ibérica*, «Complutum», 2-3, pp. 311-327.
- COFFYN, A., 1985, *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Paris, Diff. De Boccard (Publications du Centre Pierre Paris, 11).
- CORREIA, V. H., 1995, *A Transição entre o Período Orientalizante e a Idade do Ferro na Betúria Ocidental (Portugal)*, in: *Celtas y Turdulos: La Beturia* (Cuadernos Emeritenses, 9), pp. 127-149.
- DELGADO, M., 1971, *Cerâmica Campaniense em Portugal*, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*, vol. II, Coimbra, pp. 403-420.
- ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J. J., 1990, *Sobre Algunos Poblados del Bronce Final de la Provincia de Badajoz*, «Norba», 10, pp. 41-57.
- ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J. J. e DOMÍNGUEZ DE LA CONCHA, C., 1991, *Restos de una Necrópolis Orientalizante en la Desembocadura del Río Aljucén (Mérida, Badajoz)*, «Saguntum», 24, pp. 35-52.
- FABIÃO, C., 1989, *Sobre as Ânforas do Acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Lisboa, UNIARQ/INIC (Cadernos da Uniarq, 1).
- 1992, *O Passado Proto-Histórico e Romano*, in: MATTOSO, J. (dir.), *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 76-299.
- FABIÃO, C. e GUERRA, A., 1994, *As Ocupações Antigas de Mesas do Castelinho (Almodôvar). Resultados Preliminares das Campanhas de 1990-92*, *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1993)*, vol. II, Lisboa, pp. 275-289.
- FERNÁNDEZ GÓMEZ, F., 1986, *Excavaciones Arqueológicas en El Raso de Candeleda*, 2 vols., Ávila, Institucion «Gran Duque de Alba», Dipt. Provincial de Avila.
- FERREIRA, C. J. A., 1992, *Escavações no Povoado Fortificado das Mesas do Castelinho (Almodôvar). Relatório Preliminar*, «Vipasca – Arqueologia e História», 1, pp. 19-37.
- FERREIRA, O. V., 1971, *Cerâmica Negra de Tipo Grego Encontrada em Portugal*, «Arqueologia e História», 9.ª Série, 3, pp. 313-332.
- FEUGUÈRE, M. 1991, *Les Gobelets*, in: FEUGUÈRE, M. e ROLLEY, C. (Eds.), pp. 53-9.
- FEUGUÈRE, M. e ROLLEY, C. (Eds.), 1991, *La Vaisselle Tardo-Républicaine en Bronze (Actes de la Table-Ronde CNRS, Lattes, 1990)*, Dijon

O Povoado Fortificado da Cabeça de Vaiamonte (Monforte)

(Université de Bourgogne – Centre de Recherches sur les Techniques Gréco-Romaines, 13).

- GALEANO CUENCA, G. e GIL FERNÁNDEZ, R., 1994, *Bronces Romanos del Sur de la Provincia de Córdoba*, «Antiquitas», 5, pp. 60-68.
- GAMITO, T. J., 1982 *A Idade do Ferro no Sul de Portugal Problemas e Perspectivas*, «Arqueologia», 6, pp. 65-78.
- 1985, *Castro do Baldio – 1982*, «Informação Arqueológica», 5 (1982-3), pp. 91-92.
- 1988a, *Social Complexity in South West Iberia, 800 – 300 B.C.. The Case of Tartessos*, Oxford, B.A.R. – I. S., 439.
- 1988b, *Arqueologia Espacial em Portugal. Alguns Exemplos, Seminário Sobre Arqueologia Espacial (Lisboa-Tomar, 1988)*, Terruel, pp. 17-32 (Arqueologia Espacial, 12).
- 1996, *O Estanho de Aluvião e a Metalurgia do Bronze no castro do Baldio (Arronches, Portugal)*, «Vipasca», 5, pp. 29-50.
- GOMES, M. V. e BEIRÃO, C. M., 1988, *O Tesouro da Coleção Barros e Sá, Monsanto da Beira (Castelo Branco)*, «Veleia», 5, pp. 125-136.
- GUERRA, A., 1987, *Acerca dos Projectos para fundar a Lomba do Canho (Arganil)*, «O Arqueólogo Português», Série IV, 5, pp. 161-177.
- GUILLAUMET, J.-P., 1991, *Les Passoires*, in: FEUGUÈRE, M. e ROLLEY, C. (Eds.), pp. 89-95.
- HELENO, M., 1953, *Notas Sobre Algumas Estações de Época Lusitano-Romana*, «O Arqueólogo Português», nova série, 2, pp. 257-259.
- 1956, *Um Quarto de Século de Investigações Arqueológicas*, «O Arqueólogo Português», nova série, 3, pp. 221-237.
- 1962, *A «Villa» Lusitano-Romana de Torre de Palma (Monforte)*, «O Arqueólogo Português», nova série, 4, pp. 314-338.
- IRCP = ENCARNAÇÃO, J. d', 1984, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Arqueologia.
- JORGE, S. O., 1990, *Dos Últimos Caçadores-Recolectores aos Primeiros Produtores de Alimentos* (pelo Mapa das pp. 76-7) e *Complexificação das Sociedades e sua Inserção numa Vasta Rede de Intercâmbios* (onde se trata a temática da Idade do Bronze), in: ALARCÃO, J. (dir.) *Portugal das Origens à Romanização* (Nova História de Portugal, vol. I), Lisboa, Presença, pp. 75-101 e 213-251, respectivamente.
- KNAPP, R. C., 1977, *Aspects of the Roman Experience in Iberia, 206-100 B.C.*, Vitoria (Anejos de Hispania Antiqua, IX).

- LÓPEZ MELERO, R.; SÁNCHEZ ABAL, J. L. e GARCÍA JIMÉNEZ, S., 1984, *El Bronce de Alcántara. Una Deditio de 104 a.C.*, «Gerión», 2, pp. 264-323.
- LORRIO, A. J., 1994, *La Evolución de la Panoplia Celtibérica*, «Madrider Mitteilungen», 35, pp. 212-257.
- MACHADO, J. L. S., 1965, *Subsídios para a História do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos; separata de «O Arqueólogo Português»*, nova série, 5.
- MARQUES, G. e ANDRADE, G. M., 1974, *Aspectos da Proto-História do Território Português. I – Definição e Distribuição Geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro)*, *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia (Porto, 1973)*, vol. I, Porto, pp. 125-148.
- MAYET, F., 1975, *La Céramique à Parois Fines dans la Péninsule Ibérique*, Paris, Diff. Bocard (Publications du Centre Pierre Paris, 1).
- MONTEAGUDO, L.; FALCÃO, J. A. e FERREIRA, J. M. R., 1986, *O Prisma Lítico de Areias (Ferreira do Zêzere)*, Centro de Estudos Históricos e Etnológicos, Ferreira do Zêzere (Série de Arqueologia, 1).
- MOREL, J.-P., 1976, *A Propos des Céramiques Campaniennes de France et d'Espagne*, «Archéologie en Languedoc», 1, pp. 149-169.
- 1981, *La Céramique Campanienne. Les Formes*, Roma, École Française de Rome.
- NUNES, J. C.; GUERRA, A. e FABIÃO, C., 1990, *As Lucernas do Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho (Arganil)*, «Conimbriga», 29, pp. 69-90.
- PARREIRA, R., 1971-75, *O Povoado da Idade do Bronze do Outeiro do Circo (Beringel, Beja)*, «Arquivo de Beja», 28-32, pp. 1-16.
- 1983, *O Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa). Relatório Preliminar dos Trabalhos Arqueológicos de 1979 e 1980*, «O Arqueólogo Português», Série IV, 1, pp. 149-168.
- PARREIRA, R. e PINTO, C. V., 1980, *Tesouros da Arqueologia Portuguesa no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia*, Lisboa, SEC/IPPC/MNAE.
- PARREIRA, R. e SOARES, A. M., 1980, *Zu Einigen Bronzezeitlichen Höhensiedlungen in SüdPortugal*, «Madrider Mitteilungen», 21, pp. 109-130.
- PAVOLINI, C., 1990, *Les Lampes Romaines en Gaule aux IIe et Ier Siècles Avant Jésus-Christ*, in: DUVAL, A.; MOREL, J.-P. e ROMAN, Y (Eds.) *Gaule Interne et Gaule Méditerranéenne aux IIe et Ier Siècles Avant J.-C.. Confrontations Chronologiques* («Revue Archéologique Narbonnaise», Supp. 21), pp. 99-112.

- PAVÓN SOLDEVILA, I., 1994, *Aproximación al Estudio de la Edad del Bronce en la Cuenca Media del Guadiana: La Solana del Castillo de Alange (1987)*, s/l, Institución Cultural el Brocense, Disputación Provincial de Cáceres.
- 1995, *La Edad del Bronce*, «Extremadura Arqueológica», IV (Arqueología en Extremadura: 10 Años de Descubrimientos), pp. 35-65.
- PINGEL, V., 1992, *Die Vorgeschichtlichen Goldfunde der Iberischen Halbinsel*, Berlin/New York (Madrider Forschungen, 17).
- PONTE, M. S., 1985a, *As Fíbulas de Vaiamonte*, *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas (Lisboa, 1980)*, Salamanca, Ed. Universidad de Salamanca, pp. 137-158.
- 1985b, *Algumas Fíbulas de Alcácer do Sal*, «O Arqueólogo Português», Série IV, 3, pp. 137-154.
- PORTUGAL I, 1989, *Portugal das Origens à Época Romana*, Lisboa, MNAE/IPPC.
- PORTUGAL II, s/d [1989], *Portugal das Origens à Época Romana. Lista das Peças em Exposição*, s/l [Lisboa], MNAE/IPPC.
- RADDATZ, K., 1969, *Die Schatzfunde der Iberischen Halbinsel Vom Ende des Dritten bis zur Mitte der Ersten Jahrhunderts von Chr. Geb. Untersuchungen zur Hispanischen Toreutik*, Berlin (Madrider Forschungen, 5).
- RETUERCE, M. e ZOZAYA, J., 1986, *Variantes Geográficas de la Cerámica Omeya Andalusí: los Temas Decorativos*, *La Cerámica Medievale nel Mediterraneo Occidentale (Siena-Faenza, 1984)*, Firenze, Ed. All'Insegna del Giglio, pp. 69-128.
- RICCI, M., 1973, *Per Una Cronologia delle Lucerne Tardo-Repubblicane*, «Rivista di Studi Liguri», 39 (2-4), pp. 168-234.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A., 1989, *La Segunda Edad del Hierro en la Baja Extremadura: Problemática y Perspectivas en torno al Poblamiento*, «Sagvntvm», 22, pp. 165-224.
- 1990, *Continuidad y Rutura Cultural Durante la Segunda Edad del Hierro en Extremadura*, in: *La Cultura Tartésica y Extremadura (Cuadernos Emeritenses, 2)*, pp. 127-162.
- 1994, *El Valle Medio del Guadiana*, «Espacio de Frontera» en la *Protohistoria del Suroeste (I)*, «Sagvntvm», 27, pp. 107-124.
- 1995a, *El Valle Medio del Guadiana*, «Espacio de Frontera» en la *Protohistoria del Suroeste (II)*, «Sagvntvm», 28, pp. 111-130.
- 1995b, *Territorios y Etnias Prerromanas en el Guadiana Medio: Aproximación Arqueológica a la Beturia Turdula*, in: *Celtas y Turdulos: La Beturia (Cuadernos Emeritenses, 9)*, pp. 205-254.

- ROMERO CARNICERO, M. V., 1990, *Lucernas Republicanas de Numancia y sus Campamentos*, «Boletín del Seminario de Arte y Arqueología», 56, pp. 257-296.
- SANTOS, M. F., 1972, *Moedas Hispânicas Recolhidas na Cabeça de Vaia-monte (Monforte, Alto Alentejo)*, «Anais – da Academia Portuguesa de História», II Série, 21, pp. 493-511
- 1973, *Fíbulas Recolhidas na Cabeça de Vaiamonte (Monforte, Alto Alentejo)*, «Anais – da Academia Portuguesa de História», II Série, 22, pp. 187-201.
- SCHUBART, H., 1971, *Acerca de la Ceramica del Bronce Tardio en el Sur y Oeste Peninsular*, «Trabajos de Prehistoria», 28, pp. 3-32.
- 1975, *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*, Berlin (Madrider Forschungen, 11).
- SCHÜLE, W., 1969, *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel*, Berlin (Madrider Forschungen, 3).
- SILVA, A. C. F. e GOMES, M. V., 1992, *Proto-História de Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; BEIRÃO, C. M.; DIAS, L. F. e COELHO-SOARES, A., 1980-1, *Escavações Arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (Campanha de 1979)*, «Setúbal Arqueológica», 6-7, pp. 149-218.
- SOARES, A. M., 1988, *O Povoado do Passo Alto. Escavações de 1984, I Encontro de Arqueologia da Região de Beja (Beja, 1986)*, «Arquivo de Beja», 2.ª Série, 3, pp. 89-99.
- SPINDLER, K., BRANCO, A. C., ZBYSZEWSKI, G. e FERREIRA, O. V., 1973-4, *Le Monument à Coupole de l'Âge du Bronze Final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz)*, «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», 57, pp. 91-154.
- ULBERT, G., 1984, *Cáceres el Viejo. Ein Spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura*, Berlin (Madrider Beiträge, 11).
- VASCONCELLOS, J. L., 1915, *Historia do Museu Etnologico Português (1893-1914)*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- 1929, *Antiguidades do Alentejo. X Cabeça de Vaiamonte*, «O Archeólogo Português», 28, pp. 183-185.
- WHAL, J., 1985, *Castelo da Lousa ein Wehrgehöft Caesarisch-Augusteischer Zeit*, «Madrider Mitteilungen», 26, pp. 150-176.